



**ESPIRITO
SANTO**

SECRETARIA DE ESTADO
DO PLANEJAMENTO

IPES

INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO
DESENVOLVIMENTO JONES DOS SANTOS NEVES

Elementos para Diagnósticos Municipais

SUMÁRIO

PÁGINA

APRESENTAÇÃO

1. MICRORREGIÃO PÓLO CACHOEIRO	4
2. ELEMENTOS PARA DIAGNÓSTICOS MUNICIPAIS	9
2.1. MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	9
2.1.1. Introdução	9
2.1.2. Setor agropecuário	9
2.1.3. Setores industrial e terciário	10
2.1.4. Centro/distrito industrial	15
2.1.5. Agências bancárias presentes no município	15
2.1.6. Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim	15
2.1.7. Estruturas do Estado (e do governo federal) presentes no município	15
2.1.8. Agência de desenvolvimento local	16
2.1.9. Consórcios intermunicipais	16
2.1.10. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros	16
2.1.11. Projetos potenciais	18
2.1.12. Assentamentos rurais	18
2.1.13. Instituições de nível superior	18
2.1.14. Turismo	19
2.1.15. Instituições/pessoas entrevistadas	19
2.2. MUNICÍPIO DE CASTELO	20
2.2.1. Introdução	20
2.2.2. Setor agropecuário	20
2.2.3. Indústrias instaladas no município	21
2.2.4. Setor comércio/serviços	21
2.2.5. Centro/distrito industrial	22
2.2.6. Agências bancárias no município	22
2.2.7. Prefeitura Municipal de Castelo	22
2.2.8. Estruturas do Estado (e do governo federal) presentes no município	22
2.2.9. Agência de desenvolvimento local	22
2.2.10. Consórcios intermunicipais	23
2.2.11. Associações, conselhos cooperativas, sindicatos, ONGs e outros	23
2.2.12. Projetos potenciais	24
2.2.13. Assentamentos rurais	24
2.2.14. Instituição de ensino superior	24
2.2.15. Turismo	24
2.2.16. Instituições entrevistadas	25
2.3. MUNICÍPIO DE MIMOSO DO SUL	26
2.3.1. Introdução	26
2.3.2. Setor agropecuário	26
2.3.3. Setor industrial	27
2.3.4. Setor comércio/serviços	27
2.3.5. Centro/distrito industrial	27
2.3.6. Agência de desenvolvimento local	27
2.3.7. Prefeitura Municipal de Mimoso do Sul	28
2.3.8. Estruturas do Estado presentes no município	28
2.3.9. Consórcios intermunicipais	28
2.3.10. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros	29
2.3.11. Projetos potenciais	29
2.3.12. Assentamentos rurais	29
2.3.13. Instituições de ensino superior	29
2.3.14. Turismo	29
2.3.15. Instituições/pessoas entrevistadas	30
2.4. MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA	32
2.4.1. Introdução	32
2.4.2. Setor agropecuário	32

2.4.3. Indústrias instaladas no município	33
2.4.4. Setor comércio/serviços	34
2.4.5. Centro/distrito industrial.....	34
2.4.6. Agências bancárias presentes no município.....	34
2.4.7. Prefeitura Municipal de Vargem Alta.....	34
2.4.8. Estruturas do Estado (e do governo federal) presentes no município	34
2.4.9. Agência de desenvolvimento local	34
2.4.10. Consórcios intermunicipais	35
2.4.11. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros	35
2.4.12. Projetos potenciais	35
2.4.13. Assentamentos rurais.....	36
2.4.14. Instituições de ensino superior.....	36
2.4.15. Turismo.....	36
2.4.16. Instituições entrevistadas	37
2.5. MUNICÍPIO DE MUQUI	38
2.5.1. Introdução.....	38
2.5.2. Setor agropecuário	38
2.5.3. Indústrias instaladas no município	39
2.5.4. Setor comércio/serviços	39
2.5.5. Centro/distrito industrial.....	40
2.5.6. Agências bancárias presentes no município.....	40
2.5.7. Prefeitura Municipal de Muqui.....	40
2.5.8. Estruturas do Estado (e do governo federal) presentes no município	40
2.5.9. Agência de desenvolvimento local	40
2.5.10. Consórcios intermunicipais	40
2.5.11. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros	41
2.5.12. Assentamentos rurais.....	42
2.5.13. Instituições de ensino superior.....	42
2.5.14. Turismo.....	42
2.5.15. Instituições e pessoas entrevistadas.....	42
2.6. MUNICÍPIO DE RIO NOVO DO SUL.....	44
2.6.1. Introdução.....	44
2.6.2. Setor agropecuário	44
2.6.3. Indústrias instaladas no município	45
2.6.4. Setor comércio/serviços	46
2.6.5. Centro/distrito industrial.....	46
2.6.6. Agências bancárias presentes no município.....	46
2.6.7. Agência de desenvolvimento local	46
2.6.8. Prefeitura Municipal de Rio Novo do Sul.....	46
2.6.9. Estruturas do Estado (e do governo federal) presentes no município	47
2.6.10. Consórcios intermunicipais	47
2.6.11. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros	47
2.6.12. Projetos potenciais	47
2.6.13. Assentamentos rurais.....	48
2.6.14. Instituições de ensino superior.....	48
2.6.15. Turismo.....	48
2.6.16. Instituições/pessoas entrevistadas.....	48
2.7. MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CALÇADO	49
2.7.1. Introdução.....	49
2.7.2. Setor agropecuário	49
2.7.3. Indústrias instaladas no município	50
2.7.4. Setor comércio/serviços	50
2.7.5. Centro/distrito industrial.....	50
2.7.6. Agências bancárias existentes no município	50
2.7.7. Prefeitura Municipal de São José do Calçado	51
2.7.8. Estruturas do Estado (e do governo federal) presentes no município	51
2.7.9. Agência de desenvolvimento local	51
2.7.10. Projetos potenciais	51
2.7.11. Atividade econômica de fundamental importância para o município.....	51
2.7.12. Consórcios intermunicipais	51

2.7.13. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros	52
2.7.14. Assentamentos rurais	52
2.7.15. Instituições de ensino superior	53
2.7.16. Turismo	53
2.7.17. Instituições entrevistadas	53
2.8. MUNICÍPIO DE JERÔNIMO MONTEIRO	54
2.8.1. Introdução	54
2.8.2. Setor agropecuário	54
2.8.3. Indústrias instaladas no município	55
2.8.4. Setor comércio/serviços	55
2.8.5. Centro/distrito industrial	55
2.8.6. Agência bancária presente no município	55
2.8.7. Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro	56
2.8.8. Estruturas do Estado (e do governo federal) presentes no município	56
2.8.9. Agência de desenvolvimento local	56
2.8.10. Consórcios intermunicipais	56
2.8.11. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos e ONGs	57
2.8.12. Assentamentos rurais	57
2.8.13. Instituições de ensino superior	57
2.8.14. Instituições e pessoas entrevistadas	57
2.9. MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY	58
2.9.1. Introdução	58
2.9.2. Setor agropecuário	58
2.9.3. Indústrias instaladas no município	59
2.9.4. Setor comércio/serviços	59
2.9.5. Agências bancárias presentes no município	59
2.9.6. Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy	60
2.9.7. Estruturas do Estado (e do governo federal) presentes no município	60
2.9.8. Agência de desenvolvimento local	60
2.9.9. Consórcios intermunicipais	60
2.9.10. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros	61
2.9.11. Projetos potenciais	61
2.9.12. Assentamentos rurais	61
2.9.13. Instituições de ensino superior	61
2.9.14. Turismo	61
2.9.15. Instituições e pessoas entrevistadas	62
2.10. MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO NORTE	63
2.10.1. Introdução	63
2.10.2. Setor agropecuário	63
2.10.3. Indústrias instaladas no município	64
2.10.4. Setor comércio/serviços	64
2.10.5. Agência bancária presente no município	65
2.10.6. Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Norte	65
2.10.7. Estruturas do Estado (e do governo federal) presentes no Município	65
2.10.8. Agência de desenvolvimento local	65
2.10.9. Consórcios intermunicipais	65
2.10.10. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros	66
2.10.11. Projetos potenciais	66
2.10.12. Assentamentos rurais	66
2.10.13. Instituições de ensino superior	66
2.10.14. Turismo	66
2.10.15. Instituições e pessoas entrevistadas	66
2.11. MUNICÍPIO DE ATÍLIO VIVACQUA	68
2.11.1. Introdução	68
2.11.2. Setor agropecuário	68
2.11.3. Setor industrial	69
2.11.4. Setor comércio/serviços	70
2.11.5. Agência bancária presente no município	70
2.11.6. Prefeitura Municipal de Atílio Vivacqua	70
2.11.7. Estruturas do Estado presentes no município	71

2.11.8. Agência de desenvolvimento local	71
2.11.9. Consórcios intermunicipais	71
2.11.10. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros	71
2.11.12. Instituições e pessoas entrevistadas.....	72
2.12. MUNICÍPIO DE APIACÁ.....	73
2.12.1. Introdução.....	73
2.12.2. Setor agropecuário	73
2.12.3. Indústrias instaladas no município	74
2.12.4. Setor comércio/serviços	74
2.12.5. Centro/distrito industrial.....	74
2.12.6. Agência bancária presente no município	74
2.12.7. Prefeitura Municipal de Apiacá.....	75
2.12.8. Estruturas do Estado (e do governo federal) presentes no município.....	75
2.12.9. Agência de desenvolvimento local	75
2.12.10. Consórcios intermunicipais	75
2.12.11. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros	75
2.12.12. Assentamentos rurais.....	76
2.12.13. Instituições de ensino superior.....	76
2.12.14. Instituições e pessoas entrevistadas.....	76

1.

MICRORREGIÃO PÓLO CACHOEIRO

A Microrregião Pólo Cachoeiro é composta pelos municípios de Apiacá, Atílio Vivacqua, Bom Jesus do Norte, Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Jerônimo Monteiro, Mimoso do Sul, Muqui, Presidente Kennedy, Rio Novo do Sul, São José do Calçado e Vargem Alta.

Esta microrregião está articulada à “cidade regional completa” de Cachoeiro de Itapemirim, que polariza fortemente os espaços municipais que estão a sua volta; uma situação corroborada pela característica desta cidade de ser, depois da Grande Vitória, o centro urbano mais importante do Estado. Com bom nível de industrialização, além de um setor comercial e de serviços dinâmicos, também alguma relação econômica realiza com Bom Jesus do Itabapoana (RJ) e mesmo diretamente com Vitória ou Rio de Janeiro. Essas conexões se fazem através de uma ampla rede rodoviária, que, embora fortemente condicionada pela geografia, estabelece esses fluxos de ligações entre as diversas frações da microrregião. Trata-se das rodovias federais BR-101, BR-482 e BR-393 e das estaduais ES-166, ES-164, ES-289, ES-391, ES-297 e mesmo a ES-484. O sistema ferroviário já não apresenta a importância regional de outrora, tendo seu potencial subaproveitado.

Ainda com relação à rede urbana, originária do período do café, destacam-se a “cidade local completa” de Castelo e as demais “cidades locais incompletas” de Vargem Alta,¹ Apiacá, Bom Jesus do Norte, Jerônimo Monteiro, Mimoso do Sul, Muqui e São José do Calçado, que atendem às principais demandas de serviços públicos e privados da região. Cachoeiro assume o papel de fornecer os serviços mais especializados, principalmente saúde, educação e cultura, ou financeiro, técnico, de manutenção e de representação.

A cidade de Cachoeiro de Itapemirim vem tendo um firme crescimento, aumentando sua população em 53,5% nos últimos 28 anos (1970–1998), sendo proporcional à expansão das atividades decorrentes de seu papel econômico, que não têm tido contrapartida nas condições urbanas de abrigar esse desenvolvimento. Como decorrência, numerosos problemas se manifestam, entre os quais a ampliação e o adensamento da malha urbana, o estrangulamento do sistema viário, o colapso da área central, a ocupação desordenada de sítios inadequados à urbanização, a perda da qualidade ambiental urbana, o comprometimento dos sítios naturais, o aumento da criminalidade e os problemas relativos aos serviços públicos de transporte, saneamento, educação, saúde e lazer. Problemas que, de resto, manifestam-se também nas outras sedes municipais e núcleos urbanos da microrregião.

Quanto à população estimada para 1998 (IBGE), Cachoeiro de Itapemirim, com seus 153.559 habitantes, possui, em termos de número de habitantes, 422,5% a mais que o segundo município mais populoso da microrregião, que é Castelo (29.387). No que

¹ Este município, mesmo sendo ainda uma “cidade local incompleta”, caminha para a segunda posição, como Castelo, sobretudo pelo setor industrial instalado (o terceiro da MCR), além de sua forte vocação turística (turismo de montanha).

diz respeito à densidade demográfica/1998, os cinco municípios com maior ocupação humana por unidade de área são: Cachoeiro de Itapemirim (174 hab/km²); Bom Jesus do Norte (99); Jerônimo Monteiro (60); Rio Novo do Sul (53); e Castelo (44). A menor densidade: Presidente Kennedy (17).

O setor agropecuário é de fundamental importância para a microrregião, não somente em relação ao município polarizador, mas principalmente aos demais do seu interior. As atividades mais expressivas são as seguintes: cafeicultura (arábica e conillon) — crescimento da área plantada; pecuária de leite; olericultura; cultivo de arroz; cultivo de cana-de-açúcar; citricultura (laranja); cultivo de feijão; fruticultura (abacate, abacaxi, banana, citros, coco, figo, goiaba, maracujá e uva); heveicultura; mandioca; milho; piscicultura e silvicultura (eucalipto e Pinus). Tipos de agroindústrias presentes na microrregião: beneficiamento de leite, de carne bovina, de carne de frango, de madeira, aguardente, banana, embutidos e defumados, massas, doces cristalizados, conservas, mel e farinha de mandioca. Constitui a principal bacia leiteira do Estado, atividade que historicamente substituiu o café.

O complexo pecuário leiteiro, em seu segmento produtivo constituído, na maioria, de pequenos produtores, organiza-se em moldes cooperativistas, todavia sofre de males tão tradicionais quanto a própria atividade. Predomina a prática extensiva, sem aperfeiçoamento genético, em regime de grande informalidade e desarticulação. A produtividade, dependente de condições sazonais, está estagnada há vários anos. Os rendimentos da produção diminuem gradativamente. Tal segmento encontra dificuldades para investir no acompanhamento das tendências do mercado por novos produtos, ficando defasado em relação às exigências de qualidade e produtividade, à retração das compras governamentais, à entrada de empresas multinacionais no setor e de produtos importados no mercado.

Linhas de ação mais importantes para a atividade leiteira: a) sua modernização em todos os segmentos: rebanho, criação, ordenha, transporte, armazenamento, processamento, comercialização e marketing; b) aumento do grau de industrialização do leite e do elenco de produtos; c) apoio e incentivo às práticas agrícolas que busquem a preservação e recuperação das bacias hidrográficas, remanescentes de mata, a conservação do solo e a reconstrução de paisagens naturais; d) estímulo à especialização e melhoria da produtividade e da qualidade, reduzindo a heterogeneidade entre os produtores e fortalecendo sua posição no mercado; e) formação de cultura tecnológica e gerencial, estímulo às ações associativas, visão regional e de longo prazo, articulação com instituições de fomento e pesquisa, levando em consideração as especificidades da microrregião; f) aprimoramento da cadeia de comercialização e distribuição, utilizando-se estudos técnicos de mercado e de novos produtos (embalagem, divulgação de marcas, pesquisas de mercado, nova utilização de produtos, etc.).

No campo do controle ambiental, sendo sua realidade geral bastante conhecida, as linhas de ação mais importantes são: a) apoiar os investimentos empresariais em controle ambiental e atuar sistematicamente no sentido de regulamentar e controlar os efeitos ambientais nocivos, decorrentes da expansão urbana e industrial, particularmente da extração e do beneficiamento do mármore e granito e das atividades agrícolas, principalmente do manejo inadequado na criação do gado; b) realizar a extensão do zoneamento ecológico-econômico para a porção litorânea da

microrregião, com vistas a ordenar o uso múltiplo desse espaço; considerar o caráter retardatário da faixa litorânea quanto a sua inclusão no processo turístico enquanto elemento de manutenção de reservas ecológicas.

Quanto ao setor industrial da microrregião, as tabelas que seguem nos indicam:

Número de unidades industriais e pessoal ocupado - 1997-1998

Gênero	Unidades	%	Pessoal Ocupado	%
Minerais não-metálicos	355	37,02	7.112	43,40
Vest., calç. e art. de tecidos	74	7,72	1.602	9,77
Alimentos	112	11,68	1.571	9,58
Material de transporte	08	0,83	1.492	9,10
Extração de minerais	94	9,80	1.224	7,47
Construção civil	40	4,17	973	5,94
Serv. ind. de util. públ.	18	1,88	453	2,76
Serv. de rep. e cons.	57	5,94	415	2,53
Mecânico	32	3,34	293	1,79
Químico	03	0,31	234	1,43
Metalúrgico	36	3,75	184	1,12
Editorial e gráfica	24	2,50	182	1,11
Têxtil	02	0,21	156	0,95
Mobiliário	33	3,44	104	0,63
Madeira	18	1,88	88	0,54
Borracha	04	0,42	82	0,50
Bebidas	13	1,36	67	0,41
Diversas	13	1,36	59	0,36
Mat. elétr. e de com.	11	1,15	49	0,30
Papel e Papelão	01	0,10	17	0,10
Serviços de informática	02	0,21	17	0,10
Material plástico	04	0,42	10	0,06
Farm. e vet.	03	0,31	05	0,03
Couros, peles e sim.	01	0,10	03	0,02
Perf., sabões e velas	01	0,10	00	0,00
Microrregião (total)	959	100,00	16.392	100,00

Fonte: FINDES/IDEIES

Número de unidades industriais e pessoal ocupado, por município - 1997-1998

Discriminação	Unidades	%	Pessoal Ocupado	%
Cachoeiro de Itapemirim	620	64,87	13.104	79,94
Castelo	86	8,91	1.049	6,40
Vargem Alta	71	7,36	574	3,50
Atílio Vivacqua	29	3,00	430	2,62
Mimoso do Sul	41	4,25	358	2,18
Rio Novo do Sul	28	2,90	258	1,57
Bom Jesus do Norte	15	1,55	215	1,31
Presidente Kennedy	06	0,63	107	0,65
Muqui	19	1,97	102	0,62
Jerônimo Monteiro	19	1,97	101	0,62
São José do Calçado	14	1,45	70	0,43
Apiacá	11	1,14	24	0,16
Microrregião (total)	959	100,00	16.392	100,00

Fonte: FINDES/IDEIES

Número de unidades industriais e pessoal ocupado em comparação ao total do Espírito Santo - 1997-1998

Discriminação	Unidades	%	Pessoal Ocupado	%
Microrregião	959	15,35	16.392	14,22
Espírito Santo	6.246	100,00	115.278	100,00

Fonte: FINDES/IDEIES

a) que o gênero minerais não-metálicos (sobretudo a exploração de mármore/granito) é o mais importante da microrregião, considerando-se não somente a geração de empregos (43% do total), mas também o número absoluto de unidades instaladas (37% do total); b) que, ainda no campo da geração de postos de trabalho, os seis segmentos são responsáveis por 85% do total da microrregião: minerais não-metálicos, vestuário, calçados e artefatos de tecidos (leia-se aqui a importância do subsetor confecções de Cachoeiro), alimentos, material de transporte, extração de minerais e construção civil; c) quanto ao número de empresas, além do segmento-líder já citado, outro que merece destaque é o de alimentos, com 11,5% do total da microrregião; d) além da extração de minerais (rochas ornamentais/granito), as demais plantas disseminam-se pelos outros gêneros existentes na microrregião; e) que a cidade-pólo de Cachoeiro de Itapemirim é, de longe, a líder do setor, detendo em seu território 80% do pessoal ocupado e 65% do total das unidades instaladas;² f) que a microrregião está muito

² Cachoeiro de Itapemirim é o município mais importante do Espírito Santo depois da Grande Vitória. Não somente no segmento industrial, mas também no terciário, sobretudo o dinamismo do comércio local. Somente para efeito de comparação, Cachoeiro possui 205% mais indústrias que Colatina (este com 314), ocupando 97,5% mais pessoal que a cidade polarizadora do Norte (aquela com 8.300 pessoas no setor).

bem situada no contexto estadual: 15% do total de plantas e 14% do total de pessoal ocupado; caso houvesse uma distribuição mais equilibrada das plantas industriais e pessoal ocupado ao longo do território capixaba, esta “média microrregional” seria de 520 plantas e 9.606 pessoas ocupadas; a microrregião está com quase o dobro das médias.

Quanto ao segmento mármore/granito, o mais importante da microrregião, as seguintes linhas de ação são importantes para sua maior dinamização: a) apoio ao Cetemag no esforço pelo fortalecimento e modernização do complexo; b) investimentos voltados para a elevação de padrão tecnológico destinado a maior eficiência e qualidade do produto; c) maior solidariedade na cadeia extração—beneficiamento—comercialização—transporte, de modo a obter ganhos de escala e maior agregação do produto, em benefício dos atores locais; d) modernização do setor fornecedor de máquinas: um papel importante, não apenas na elevação do padrão competitivo do setor, mas também no enfrentamento aos estímulos à compra de equipamentos extralocais.

Com base no exposto acima, sugere-se, como estratégia geral de atuação dos diversos segmentos governamentais, empresariais e civis, na busca do desenvolvimento da microrregião: modernizar as atividades produtivas que a caracterizam, principalmente os complexos pecuário leiteiro, mineral e a cafeicultura, reforçando o seu caráter empresarial e sua articulação com o capital comercial e industrial, considerando os contextos estadual, nacional e até internacional, consolidando a cidade regional de Cachoeiro de Itapemirim como centro urbano industrial, de serviços e de gestão, capaz de articular interesses das bases produtivas a ela subordinadas, retendo e ampliando nesse espaço a renda aí gerada.

Linhas de ação mais gerais: a) construção da Ferrovia Litorânea Sul, com ramal derivado para a microrregião, que poderá ser articulada com os sistemas portuários, viabilizando a construção de um terminal intermodal de cargas (a exemplo do Tims da Serra), trazendo condições favoráveis à exportação de produtos do complexo mármore/granito; b) implantação de distritos industriais nas áreas mais dinâmicas da microrregião, que poderá abrir perspectivas no âmbito de uma política de ordenamento urbano de Cachoeiro; ainda dentro dessa política, propõe-se a melhoria e/ou deslocamento de alguns equipamentos de abrangência regional, como aeroporto, saúde, educação, etc.; c) consolidação de Cachoeiro de Itapemirim como centro prestador de serviços públicos, concentrando os escritórios dos órgãos responsáveis e os investimentos em infra-estrutura de saúde e educação, inclusive na ampliação e interiorização dos cursos da Ufes. Viabilizar a Escola Técnica Federal em Cachoeiro de Itapemirim; d) potencializar a função de lazer para a Região Sul, desempenhada pela faixa litorânea da microrregião (município de Presidente Kennedy) e integrá-la ao pólo turístico do projeto Litoral Sul; e) Sebrae: ações voltadas para formação gerencial do setor industrial/comercial/serviços; f) Senai: formação de mão-de-obra para operação e manutenção; g) equipamento de porto destinado ao escoamento da produção para aumento de competitividade de embarque — possibilidade de partilha ou parceria.

2. ELEMENTOS PARA DIAGNÓSTICOS MUNICIPAIS

2.1. MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

2.1.1. Introdução

O município de Cachoeiro de Itapemirim, criado em 11 de novembro de 1890, possui área territorial de 880,84 km², o equivalente a 1,90% do território estadual. Sua sede dista 129 km da capital do Estado. A população estimada para 1998 é de 153.559 habitantes, com uma densidade demográfica de 174,33 hab/km², muito superior à média estadual (62,69 hab/km²). Em 1996, 85% de sua população vivia na área urbana e a tendência é de diminuição gradativa da população rural. A taxa de crescimento verificada no município é de 0,95%; a população urbana cresce a 1,71% ao ano e a rural decresce a (-) 2,75%. Com relação aos demais distritos, apenas a sede apresentou crescimento populacional.

2.1.2. Setor agropecuário

O setor primário da economia de Cachoeiro de Itapemirim está centrado na cultura de café, na olericultura e na fruticultura, além da pecuária, principal atividade, considerando a área ocupada.

A distribuição fundiária é concentradora, embora o número de pequenas propriedades supere o de grandes estabelecimentos. Basta observar que 92% das propriedades têm áreas de até 100 ha, ocupando 49% da área total; 5% são de médios proprietários — áreas de 100 a 200 ha, que ocupam 16% da área total; e apenas 4% são grandes propriedades, ocupando 35% da área total. Conseqüentemente, a forma de gestão predominante é a agricultura familiar.

O setor primário como um todo emprega aproximadamente 12 mil pessoas, segundo a Emcaper local, que aponta os seguintes dados quantitativos atualizados do setor:

Café — cultivar conillon — área em formação: 1.200 ha; área em produção: 4.800 ha. A produção anual esperada é de 96 mil sacas.

Café — cultivar arábica — área em formação: 100 ha; área em produção: 900 ha. A produção anual esperada é de 10.800 sacas.

Olericultura — com 150 produtores, área de 80 ha e uma produção anual de 800 toneladas. Existem, além destes, 70 produtores de tomate, com uma área de 60 ha, apresentando uma produção anual de 3.800 toneladas.

Fruticultura — As principais frutas cultivadas são banana, citros e, mais recentemente, goiaba. A banana é cultivada por 110 produtores, numa área de 200 ha, com uma produção de 850 toneladas. As frutas cítricas são cultivadas por 100 produtores, numa área de 120 ha e uma produção anual de 9.600 mil frutos. A

goiaba tem seu cultivo iniciado por 15 produtores, numa área de 8 ha, apresentando uma produção anual de 400 kg.

Pecuária — Ocupa com pastagens 54 mil ha. São ao todo 858 produtores, com um rebanho de 55.400 cabeças de gado. Predomina a pecuária leiteira, com uma produção anual de 11 milhões de litros de leite.

Cachoeiro, juntamente com os demais municípios produtores da microrregião, constitui a principal bacia leiteira do Estado, atividade que historicamente substituiu no município a cafeicultura. É crescente o volume de beneficiamento do leite e da carne, além da diversificação de subprodutos, o que vem incentivando a modernização do setor em todos os níveis, da melhoria das pastagens e armazenamento até a comercialização.

A Emcaper local sinaliza como potencialidades do setor, além do estímulo ao café e à pecuária, a diversificação agrícola com o apoio e orientação técnica ao desenvolvimento da olericultura e da fruticultura.

A mesma fonte informa que as agroindústrias do município estão nas áreas de beneficiamento do leite e da carne bovina, da carne de frango, da aguardente e da banana. Geram em torno de 600 empregos diretos. Comercializam a produção no mercado interno do município, em municípios vizinhos, na Grande Vitória e no Rio de Janeiro.

Os principais pontos de estrangulamento indicados são o custo de produção elevado e a descapitalização do produtor.

2.1.3. Setores industrial e terciário

O setor industrial de Cachoeiro de Itapemirim é bastante significativo: representa 65% do número total de indústrias e 80% do pessoal ocupado no setor da Microrregião Pólo Cachoeiro. O total de indústrias desta microrregião representa 15% do total de indústrias instaladas no Estado.

Cachoeiro de Itapemirim possui 620 empresas, ocupando 13.104 pessoas. Os gêneros mais significativos quanto ao número de unidades são: minerais não-metálicos (42,5% do total); alimentos (10%); vestuário, calçados e artefatos de tecidos (9%); serviços de reparação e conservação (7%); extração de minerais (6%).

Quanto à ocupação de mão-de-obra, tem-se: minerais não-metálicos (5.718 pessoas ou 44% do total); vestuário, calçados e artefatos de tecidos (1.490 pessoas/11%); material de transportes (1.489 pessoas/11%); alimentos (1.179 pessoas/9%); construção civil (753 pessoas/6%); e extração de minerais (715 pessoas/5,5%).

O setor terciário de Cachoeiro de Itapemirim é referência para todo o Sul do Estado, empregando um grande contingente de profissionais. De acordo com informações contidas na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 1997, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o município possui 8.381 empregados registrados (postos de trabalho formal) no comércio e 13.740 no subsetor serviços. Estes

números representam, em termos percentuais, 77% e 71%, respectivamente, do total de empregados registrados na Microrregião Pólo Cachoeiro. Comparando-se com o somatório dos postos de trabalho formal em todas as atividades econômicas do município, verifica-se que o setor terciário representa 59% deste total.

A cidade de Cachoeiro de Itapemirim polariza e articula os interesses do capital comercial da Microrregião Pólo Cachoeiro e da Macrorregião Sul, intermediando o abastecimento de estoques, a movimentação financeira e a prestação de serviços. Atende também às principais demandas por serviços públicos e privados da macrorregião, por serviços mais especializados, principalmente nas áreas de saúde e educação, assim como de serviços financeiros, técnicos, de manutenção e de representação.

Seguem, em detalhe, informações obtidas sobre algumas das principais atividades econômicas/empresas dos setores secundário e terciário do município.

Indústrias de mármore e de granito³

Este setor industrial tem elevada importância na economia estadual, com participação no PIB industrial capixaba de cerca de 6,5%, gerando grande número de empregos diretos e indiretos e tributos em favor do Estado. O Espírito Santo é conhecido internacionalmente como um dos maiores produtores de rochas ornamentais, apresentando destacada participação entre exportadores do produto bruto e tendo melhorado a cada ano a sua participação entre os exportadores de produtos acabados e semi-acabados.

Embora a instalação das primeiras unidades produtivas da atividade de extração, serraria e beneficiamento de mármore e granito date da década de 30, somente em meados dos anos 60 foi que a produção comercial desse segmento efetivamente se consolidou no Estado.

Sua concentração deu-se na Região Sul do Estado, destacando-se o município de Cachoeiro de Itapemirim, referência na produção de mármore e granito em âmbito nacional. Pelas próprias características das atividades envolvidas em todo o processo, o setor é dominado pelas micro e pequenas empresas, sendo comum a subcontratação de serviços. A mão-de-obra direta e a indireta envolvidas na cadeia produtiva deste segmento representam parcela importante na geração de renda da região.

Com as novas descobertas de jazidas na Região Norte do Estado, notadamente de granito, abrem-se novas perspectivas de difusão desta indústria. O processo completo envolve etapas de extração, serraria e beneficiamento, sendo na atividade de beneficiamento que ocorre a principal agregação de valor ao produto. Apesar de se ter verificado nos últimos anos aumento da participação da indústria local na fase de beneficiamento do produto, a quantidade de mármore e granito exportado em blocos é bem superior à quantidade beneficiada exportada. Reverter este quadro,

³ As informações a seguir são resultantes da pesquisa “Atualização do Cadastro do Setor de Mármore e Granitos do Estado do Espírito Santo”, desenvolvida atendendo ao convênio entre o Sindirochas, o Sebrae, o Banes e o Geres, com o objetivo de traçar um perfil conjuntural e estrutural atualizado do setor, por região (Sul, Norte e Grande Vitória).

capacitando mão-de-obra e aperfeiçoando seu parque tecnológico para atender ao mercado externo constituem o próximo desafio do setor.

Produção — São extraídos cerca de 61.071 m³/mês de blocos no Estado; o Sul participa com 70,83% dessa produção. Em todas as outras atividades, a Região Sul concentra a maior parte da produção do Estado, ou seja, cerca de 95%, tanto da serraria como da marmoraria: 1.472.647,59 m²/mês e 1.309.176,05 m²/mês, respectivamente; concentra ainda 82% da produção da atividade de talha de blocos (ladrilho padronizado de mármore e granito), além de 100% da extração de cal e calcário, da moagem de pó e calcário e cal.

É portanto alta a concentração da produção de mármore e granito no Sul do Estado. Nesta região as atividades de extração já estão bastante exploradas, sendo desenvolvidas por um grande número de empresas, fazendo com que novos investimentos sejam direcionados para as atividades de beneficiamento. No entanto, esta mudança ainda é incipiente e começou a sinalizar recentemente para uma alteração do perfil do setor na Região Sul, cuja principal característica continua sendo a de extração.

O escoamento da produção, especialmente da extração, é realizado por estradas improvisadas, o que dificulta o carregamento nos períodos de chuva. Outro dado que preocupa é o desperdício médio de 40% do que é produzido, em função do manuseio errado, defeito nas pedras e baixa qualificação profissional, falta de investimento para pesquisa, entre outras causas.

Mercado — Verifica-se um baixo índice de exportação deste setor (11,33% das empresas). O total exportado pelo Estado em 1997 foi de 7.273 m³ de blocos brutos, o que equivale a 12% do total extraído no Espírito Santo. Em relação à serraria, o Estado exporta apenas 1,5% de sua produção. O mesmo se verifica em relação ao produto acabado (marmoraria): apenas 6% do total produzido é exportado.

A Região Sul, principalmente Cachoeiro de Itapemirim, tem a maior contribuição nessas exportações, explicada pelo fato de que há no Sul toda uma estrutura para atividades complementares ao setor. A região dispõe de entidades como o Senai, Sesi, Cetemag, Sindirochas e o Sebrae, fornecedores já instalados, além de toda uma estrutura de comercialização formada ao longo dos 30 anos de comércio do mármore e do granito do Estado.

Dentre os países que importam os produtos, os mais citados na pesquisa foram a Itália (36%), os EUA (20%) e a Argentina (13%).

Tecnologia — Uma das características mais fortes do setor foi a evolução obtida a partir de experiências próprias nas atividades menos qualificadas. O aprimoramento doméstico se expandiu para o setor, disseminando técnicas e soluções para as atividades de cada segmento. Como exemplo, pode-se citar que vários equipamentos nas atividades da serraria e marmoraria foram desenvolvidos pela própria empresa, conhecedora de todo o processo e de suas necessidades.

Capacitação técnico-profissional — É uma das principais carências do setor, pois o baixo grau de instrução acaba por afetar a questão tecnológica, o que impede o

aumento da produtividade. Há uma grande concorrência entre as empresas na busca de empregados mais qualificados, uma vez que 78% dos empregados possuem apenas o 1.º grau; 19%, o 2.º grau; 2,5%, o 3.º grau; e 0,1% têm pós-graduação (dados de julho de 1998).

Tendência — A citada pesquisa aponta como tendência do setor, a partir da análise dos dados, sua expansão para a Região Norte, devido às grandes reservas pouco exploradas. O Sul deverá aprimorar sua especialização na atividade de desdobramento e beneficiamento, e a Ferrovia Litorânea Sul, projeto de interesse de diversos municípios do Sul do Estado, irá propiciar menores custos de transporte e facilidade para exportação.

Quanto ao Norte, a Ferrovia Norte, apoiada por uma logística dinâmica, poderá incentivar o escoamento de blocos e chapas para o porto de Barra do Riacho a baixos custos.

No plano tecnológico, a consolidação de parcerias em todas as atividades talvez seja a saída mais viável a curto prazo para as empresas que não têm acesso aos novos equipamentos.

É preciso que órgãos de referência do setor executem um programa agressivo, que priorize a capacitação de mão-de-obra e o incentivo ao intercâmbio (comercial, tecnológico, financeiro e institucional), identificando o setor não como pólo restrito ao Sul do Espírito Santo — particularmente Cachoeiro de Itapemirim —, mas como uma atividade econômica integrada de norte a sul.

Feira Internacional do Mármore e Granito de Cachoeiro de Itapemirim — Em sua 11.ª realização, é considerado o evento onde os grandes negócios do setor acontecem no Brasil e a melhor oportunidade de realização de novas parcerias comerciais. A 11.ª feira foi realizada entre os dias 24 e 28 de agosto de 1999, com exposições dos diversos produtos e insumos, maquinários e ferramentas, e com a realização do Seminário Nacional e visitas orientadas às pedreiras, serrarias e indústrias.

Viação Itapemirim S/A — Considerada a líder latino-americana no setor de transporte rodoviário de passageiros, a empresa surgiu em 1949 com seu embrião (a Empresa de Transportes Autos Ltda. – ETA). Localizava-se em Cachoeiro de Itapemirim e consistia tão-somente numa jardineira, que fazia uma linha intermunicipal, no interior do Estado. Tinha em seu quadro de pessoal apenas um empregado, além de seu fundador Camilo Cola. Em 4 de julho de 1953 o negócio foi ampliado, com cerca de 16 ônibus, passando a empresa a denominar-se Viação Itapemirim Ltda.

Na fase regional (1953/1970), percorrendo em torno de 100 mil km/mês, a Itapemirim já atendia a um número considerável de cidades no Estado, percursos em âmbito federal (Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Distrito Federal), incluindo, ainda, o mercado do Nordeste nas décadas de 70 e 80, considerado um grande pólo gerador de passageiros, passando, a partir daí, para sua fase nacional. Nesta, a empresa vende parte das linhas estaduais no Norte do Estado e, expandindo-se

para o Nordeste, incorpora novas linhas. Na década de 80 incorporou a linha Colatina x Porto Velho (RO).

Fazem parte atualmente do sistema de transporte rodoviário de passageiros, além da Viação Itapemirim, mais três empresas, com administração e diretorias autônomas: Viação Sudeste Ltda., que atua no Espírito Santo, a Empresa de Ônibus Nossa Senhora da Penha S/A, cujo centro de atuação é o Sul do País, e a Itapemirim Cargas.

A área de transporte terrestre de passageiros da corporação Itapemirim interliga atualmente 21 capitais brasileiras, rodando mais de 28 milhões de km/mês, com aproximadamente 2.500 ônibus, de dois e três eixos. Percorre linhas intermunicipais, interestaduais e internacionais, atendendo a cerca de 2 mil localidades do território nacional (60%) e outras localidades em países que compõem o Mercosul.

O centro operacional da empresa está localizado na cidade de Cachoeiro de Itapemirim. A empresa reúne um complexo de atividades em diversos segmentos econômicos, gerando cerca de 18 mil empregos diretos, dos quais 3.800 são de motoristas.

A corporação Itapemirim, como um todo, abrange os seguintes segmentos:

Agropecuária — o Horto União e o Complexo Agroindustrial Pindobas, que desenvolve desde a criação de plantas ornamentais e silvicultura à aplicação de estudos avançados de genética na seleção de gado pardo-suíço. Produz o leite tipo “B” Pindobas, já tendo iniciado a produção de queijo e iogurte. A Fazenda Pindobas localiza-se em Venda Nova do Imigrante.

Hotelaria e Alimentação — A Rede Flecha (Flecha S/A Indústria, Comércio e Turismo), conta com 10 filiais distribuídas ao longo da BR-101 e uma filial na BR-116 (Vitória da Conquista/BA); 7 das filiais possuem hotéis.

Informática — Itapemirim Informática.

Mineração — Marbrasa Mármore e Granitos do Brasil S/A, atendendo aos mercados interno e externo, com blocos brutos, chapas lustradas e ladrilhos.

Transporte Rodoviário — as quatro empresas já citadas.

Transporte Aéreo — Ita Transportes Aéreos.

Turismo e *Marketing*.

Veículos e Autopeças — Fiat Cola, Samadisa e Cola Pneus.

Outras atividades — Massad Cola Empreendimentos e Participações, Ercisa e Itabira Seguros.

Cooperativa de Laticínios Cachoeiro de Itapemirim Ltda. (Selita) — No início da década de 30, a pecuária já representava uma das mais importantes atividades

econômicas da Região Sul do Estado. Naquela época, apesar das dificuldades de locomoção e comunicação, começaram a ser erguidas as sólidas bases daquela que é considerada uma das maiores organizações cooperativas do Estado. Após intensa mobilização dos pecuaristas, foi criado, em 16/09/34, o Sindicato Rural dos Lavradores e Criadores de Cachoeiro de Itapemirim, com grande repercussão no meio rural. O êxito das realizações coletivas reforçou a idéia da fundação de uma cooperativa de laticínios. Em 1936 iniciaram-se pesquisas, estudos e o projeto de construção de uma usina, concluída em 1938 e, no dia 22 de outubro 1938, foi constituída legalmente a Selita, que já em 1939 recebeu e comercializou 1.387.010 litros de leite.

O portfólio de produtos da Selita é bastante variado. Além do leite tipo “C” e do “Pura Vida”, leite esterilizado integral, semidesnatado, desnatado e vitaminado com sabores, a cooperativa produz nove tipos de queijo, requeijão, doce de leite, manteiga e iogurte.

2.1.4. Centro/distrito industrial

Em vias de ser instalado.

2.1.5. Agências bancárias presentes no Município

- Bamerindus
- Banco do Brasil
- Banestes
- Bradesco
- Caixa Econômica Federal
- Cooperativas Banco do Povo e Sulcred
- Itaú
- Real
- Unibanco

2.1.6. Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim

Secretarias municipais ligadas ao desenvolvimento econômico:

- Agricultura
- Fazenda
- Indústria e Comércio
- Meio Ambiente
- Obras
- Planejamento
- Transporte

2.1.7. Estruturas do Estado (e do governo federal) presentes no município

- Emcaper
- Funasa
- Idaf
- Sebrae
- Senac/Sesc
- Senai/Sesi

2.1.8. Agência de desenvolvimento local

Inexistente.

2.1.9. Consórcios intermunicipais

Consórcio Intermunicipal da Bacia do Rio Itapemirim – Fundado em 12 de dezembro de 1997, é composto pelos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Atilio Vivacqua, Castelo, Irupi, Iúna, Conceição do Castelo, Ibatiba, Ibitirama, Itapemirim, Jerônimo Monteiro, Marataízes, Muniz Freire, Vargem Alta, Venda Nova do Imigrante e Muqui, no Estado do Espírito Santo, além do município de Lajinha, em Minas Gerais. Tem como objetivos: a) programar, planejar e/ou executar ações, programas e projetos destinados ao desenvolvimento sustentável socioeconômico e ambiental na área territorial da bacia do rio Itapemirim; b) integrar ações, programas e projetos desenvolvidos por órgãos governamentais, ONGs, entidades e empresas públicas ou privadas, consorciadas ou não, destinados a recuperação e preservação ambiental da região. Iniciado há aproximadamente 10 anos, por iniciativa de ONGs dos municípios do Sul do Estado, o consórcio só ficou efetivamente consolidado em documentos a partir de 1995, por falta de respaldo técnico e até mesmo de avanços políticos. Somente em 1997, quando o consórcio já estava oficialmente instalado, é que novos esforços foram feitos, com o objetivo de recuperar os recursos hídricos da bacia. Esta iniciativa recebeu apoio do Centro Agropecuário da Ufes (Caufes), ficando constituída uma equipe técnica para tratar deste assunto. Já foi possível elaborar um diagnóstico preliminar da bacia e, posteriormente, assinar o estatuto do consórcio, uma iniciativa considerada modelo de gestão de recursos hídricos em âmbito nacional. Vários projetos já foram assumidos pelos 17 municípios que o compõem, tais como: execução do Plano Diretor da Bacia, Sistema de Gestão de Recursos Hídricos, dentre outros.

2.1.10. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros

Associação Brasileira de Criadores das Raças Simental e Simbrasil (ABCRS) — com sede em Cachoeiro de Itapemirim, a ABCRS possui 26 núcleos regionais espalhados pelo País. Graças ao trabalho dos criadores e técnicos, visando ao desenvolvimento das raças bovinas Simental e Simbrasil, os indicadores apontaram em 1998 resultados bastante positivos: a partir de um fomento expressivo, fortalecido pela melhoria tecnológica da pecuária, as citadas raças aumentaram sua participação no conjunto das raças de corte e de dupla aptidão no Brasil. A ABCRS realizou leilões em todo o País, quando foram comercializados 3 mil animais em 1998. Isto, somado a outros resultados positivos, confirmou a viabilidade econômica

das raças. Para 1999 a ABCRS pretende atrair mais pecuaristas e, assim, ampliar as bases de criação dessas raças, contribuindo para produzir mais carne de qualidade, em menor tempo possível. Presidente: Sr. Agostinho Caiado Fraga. Endereço: Rua Mário Romanelli, 23 – Bairro Gilberto Machado – 29.300-260. Tel.: 521-5666 – Fax: 521-0570. Caixa Postal: 324 – 29.300-970. Cachoeiro de Itapemirim/ES.

Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Cachoeiro de Itapemirim/ES (Acisa)

Presidente: Sr. Jair Pessine

Associação de Amigos da Bacia do Rio Itapemirim (AABRI) – Organização não-governamental que objetiva apoiar ações que visem salvar o rio, agredido por todo tipo de poluição, além de ser assoreado pelo contínuo desmatamento. Em setembro de 1999 realizou-se a abertura do Fórum Permanente das Águas do Sul, para despertar a população e os setores organizados para a importância de preservar os recursos hídricos, contribuindo para a criação de *comitês da bacia* junto aos próprios usuários de suas águas.

Conselho Municipal da Criança

Conselho Municipal de Assistência Social

Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano

Conselho Municipal de Educação

Conselho Municipal de Meio Ambiente

Conselho Municipal de Saúde

Conselho Municipal do Adolescente

Conselho Tutelar

Cooperativa de Laticínios Cachoeiro de Itapemirim Ltda. (Selita)

Av. Aristides Campos, s/n.º

Cachoeiro de Itapemirim

Telefax: 531 1225

E-mail: diretoria@selita.com.br.

Cooperativa Mista da Safra

Rod. BR 101 – km 411

Safra

Cachoeiro de Itapemirim

Telefone: 531 1222

Sindicato da Indústria de Rochas Ornamentais, Cal e Calcário do Estado do Espírito Santo (Sindirochas) — Fundado em 1972 como Associação Profissional da Indústria de Extração de Mármore, Calcário e Pedreiras do Município de Cachoeiro de Itapemirim, em 3 de maio de 1973 passou à categoria de sindicato. Em 1989, por

meio de uma modificação estatutária, o sindicato, até então restrito ao município, ampliou sua base territorial, passando a abranger 27 municípios da Região Sul. Em 1995 o Sindirochas passou de regional sul para entidade de abrangência estadual. O Sindirochas possui 237 filiados, sendo aproximadamente 70% de empresas situadas na Região Sul do Estado e também 70% pertencentes à categoria de microempresa.

2.1.11. Projetos potenciais

A prefeitura aponta como projetos potenciais: a) Linha Vermelha – Com a desativação da estrada de ferro, foi possível implantar uma avenida ligando os extremos da cidade sobre a antiga linha férrea, promovendo um melhor fluxo de tráfego de veículos, que já se encontrava saturado. b) Rodovia do Contorno – A implantação desta rodovia vem solucionar o problema do tráfego de veículos pesados no sistema viário da cidade, pois este será desviado, através dessa rodovia, diretamente às rodovias estadual e federal. c) Matadouro Municipal – Atualmente o matadouro está funcionando em uma edificação antiga com precárias condições de funcionamento, localizado no interior de um bairro residencial. A construção de um novo matadouro vem implementar e adequar a atividade em questão, beneficiando o setor econômico e a comunidade como um todo. d) Construção da Escola Técnica – A construção desta escola no município gerará novos empregos, além de proporcionar a formação de diversos profissionais para atuarem nos mais diversos setores. e) Distrito Industrial – já detalhado em subitem anterior.

2.1.12. Assentamentos rurais

Inexistentes.

2.1.13. Instituições de nível superior

Estabelecimentos	Cursos Oferecidos	Número Alunos Matriculados	Número Profissionais por Área	Número Vagas de Cada Curso
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São José (Fafi)	Letras	462	26	
	História	181	18	
	Pedagogia	390	28	
	C.Sociais	176	18	
	Matemática	57	06	
Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas (Faccaci)	Biologia	57	07	
	Ciências	283	21	
	Administração e C. Contábeis	250		50
Faculdade de Direito (FDCI)		250		50
	Direito			100

Fonte: FAFI/FACCA/FACCACI

Fafi (Wilma Dardengo)

Rua Oswaldo Cruz, 25
Paraíso
Fone: 200-5811
Fax: 521-5911 ou 200-5811

Faccaci (Mário Pires)
End.: Rua J. F. Machado, s/n.º
Aquidaban
Telefax: 522-3544 / 522-3437

FDCI (Humberto Viana)
End.: Rua Mário Imperial, 56
Fone: 522-5311
Fax: 522-8890

2.1.14. Turismo

Cachoeiro de Itapemirim possui significativos ambientes naturais e paisagísticos que podem ser potencializados para a utilização turística e recreativa, devendo ser equipados adequadamente, como, por exemplo: Ilha dos Meireles, Pico do Itabira, Cachoeira Alta e Santuário Ecológico Roberto Carlos.

Existem ainda os lugares que contam a história do município, como: Casa dos Braga, Casa da Memória, Ponto dos Arcos, Igreja Nosso Senhor dos Passos, Prédio do Bernardino Monteiro, Prédio da Banda Lira de Ouro, Centro Operário e de Proteção Mútua, Chafariz da Praça Jerônimo Monteiro, Ponte de Ferro e Mercado Municipal.

Atualmente a prefeitura está preparando o museu Casa de Roberto Carlos e o antigo prédio da Estação de Ferro Santa Leopoldina, para que estes também possam registrar um pouco da história de Cachoeiro.

2.1.15. Instituições/pessoas entrevistadas

Emcaper (escritório local)
(Paulo Shalders, fone 522-0186)

Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim
(Carlos Roberto de Paula Ribeiro, fone 381-5346, fax 522-2870)
Rua 25 de Março, 46
Centro
Caixa Postal 37
29.300-100
Cachoeiro de Itapemirim ES

2.2. MUNICÍPIO DE CASTELO

2.2.1. Introdução

Localizado a 144 km de Vitória, o município de Castelo possui vales e montanhas — onde se destaca o belo Pico de Forno Grande — explorados economicamente pela cafeicultura e bovinocultura leiteira, na maior parte dos seus 671 km² de área. É, atualmente, a segunda cidade da microrregião Pólo Cachoeiro, em porte, população, desenvolvimento e dinâmica urbana. Sua população, de 29.387 habitantes (estimativa IBGE 1998), está equilibrada entre urbana e rural, apresentando uma taxa geométrica de crescimento anual negativa (-0,05). Sua densidade demográfica é de 43,80 hab/km².

2.2.2. Setor agropecuário

Este setor emprega 6.580 pessoas em Castelo.

A Emcaper local apurou para 1998 que as principais culturas agrícolas em Castelo são o café, o milho e o feijão. Estes três produtos ocupam um total de 16.860 ha de área, rendendo R\$ 18,9 milhões aos produtores locais.

A cafeicultura é a principal atividade e a maior potencialidade do setor. É desenvolvida em 1.802 propriedades, sendo a maior fonte geradora de emprego e renda. Constata-se no município um aumento da área plantada, certamente em função da viabilidade econômica da cultura. Há cerca de 1.200 ha ocupados com café em formação, das variedades arábica e conillon. A produção de café arábica é de 65 mil sacas/ano, que resulta num faturamento bruto de R\$ 7,8 milhões. A produtividade é de 12,74 sacas/ha. No café conillon a produtividade é maior, 19,13 sacas/ha. O valor bruto apurado para a cultura é de R\$ 9,2 milhões, resultantes da produção de 88 mil sacas/ano. Entretanto, as lavouras não estão sendo conduzidas de forma adequada. As capinas freqüentes, podas e desbrotas mal conduzidas empobrecem os solos, fazem declinar a produtividade, ocasionam a má qualidade do produto e contribuem para a descapitalização do produtor. A compra de insumos e a comercialização individual do café também ocasionam a diminuição dos lucros dos proprietários rurais, assim como a falta de locais de armazenagem dos grãos nos imóveis rurais, que fazem com que os produtores fiquem à mercê dos intermediários da região, dificultando a obtenção de melhores preços.

Em relação à cultura de milho, 188 mil sacos/ano são produzidos em 4.700 ha de área, rendendo a atividade R\$ 1,88 milhão.

O feijão ocupa 1.200 ha, produzindo 12 mil sacas/ano. Quanto à rentabilidade desta produção, a Emcaper local não ofereceu dados, o que parece sugerir que a cultura é de subsistência.

A pecuária leiteira desempenha importante papel social na geração de renda e emprego ao agricultor familiar de Castelo. No entanto, a seca dos últimos anos, a ausência de apoio financeiro ao setor, a concorrência e o baixo preço do leite vêm

desestimulando o pecuarista local, levando-o a investir menos na atividade ou substituí-la por outra mais promissora. A maior parcela do rebanho é constituída de gado leiteiro ou misto, com baixa produção de leite, tendo-se uma média de 4 litros/vaca/dia, num período de 300 dias. A comercialização é feita pela Cooperativa Agrária Mista de Castelo (Cacal) e pela Selita. Em 1996, a Cacal recebeu cerca de 7,5 mil litros de leite bom e 60 mil litros de leite ácido (Relatório Pronaf, 1998). Um dos entraves para a boa produção e qualidade do leite é a falta de higiene na ordenha e no leite ordenhado, provocando uma quebra na sua média de produção pela quantidade de leite ácido, evidenciada pelos dados anteriormente mencionados.

No que diz respeito ao associativismo rural, o município conta, além da Cacal, com dois sindicatos rurais, quatro conselhos comunitários, 46 associações rurais e uma associação de cafeicultores (Ascasul).

Existem dez revendas de insumos e equipamentos agropecuários e sete empresas de compra e armazenagem de café.

No escritório local da Emcaper estão lotados: um agrônomo, um economista doméstico, um técnico agrícola e dois auxiliares administrativos.

A agroindústria de Castelo produz aguardente de cana (cinco empresas), laticínios (duas empresas), embutidos e defumados (duas empresas) e processa massas e doces cristalizados.

O principal financiamento agrícola vem do Pronaf. No município, os objetivos do programa são: crédito ao agricultor familiar; elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural; melhoria da atividade produtora de café; apoio à pecuária de leite; apoio à agroindústria artesanal e construção de barragens e açudes.

2.2.3. Indústrias instaladas no município

Para uma cidade do porte de Castelo — “cidade local completa” —, a atividade industrial é pouco desenvolvida. Apenas 86 empresas estão instaladas (Findes/Ideies, 1997/98), representando 6% das unidades industriais da microrregião. A extração de minerais aglutina o maior número de empresas (18), seguida de perto pelas firmas produtoras de minerais não-metálicos (14). Estas últimas empregam mais mão-de-obra: 42% do pessoal ocupado no setor industrial do município. As empresas de extração geram 15% dos empregos totais. É expressivo, dentro do contexto, o número de empresas produtoras de alimentos: 10% do total instalado, empregando 9% da mão-de-obra ocupada no setor.

As indústrias instaladas em Castelo representam apenas 1% do conjunto estadual.

2.2.4. Setor comércio/serviços

De acordo com informações contidas na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 1997, o município possui 1.031 empregados registrados no comércio e 778

no subsetor serviços. Estes números representam, em termos percentuais, 9,5% e 4%, respectivamente, do total de empregados registrados na Microrregião Pólo Cachoeiro.

Comparando-se com o somatório dos postos de trabalho formal em todas as atividades econômicas do município, verifica-se que o setor terciário representa 53% deste total.

2.2.5. Centro/distrito industrial

Existe, segundo a prefeitura, um distrito industrial antigo já totalmente ocupado. A municipalidade está em negociação de área para implantação de novo distrito.

2.2.6. Agências bancárias no município

- Banco do Brasil
- Banestes
- Bradesco
- Caixa Econômica Federal
- Sicredi (Sistema de crédito vinculado à Cooperativa Selita)

2.2.7. Prefeitura Municipal de Castelo

Secretarias ligadas ao desenvolvimento econômico:

- Administração
- Agricultura
- Desenvolvimento econômico
- Finanças
- Meio Ambiente
- Planejamento
- Transporte/Obras e Infra-estrutura

2.2.8. Estruturas do Estado (e do governo federal) presentes no município

- Emcaper
- Idaf
- Funasa

2.2.9. Agência de desenvolvimento local

Inexistente.

2.2.10. Consórcios intermunicipais

O município integra o *Consórcio Intermunicipal da Bacia Hidrográfica do Rio Castelo*, criado em 20 de agosto de 1997, envolvendo também Conceição do Castelo, Muniz Freire, Vargem Alta e Venda Nova do Imigrante. O objetivo do consórcio é promover o desenvolvimento socioeconômico do território correspondente à bacia do rio Castelo. Está em andamento a pavimentação a baixo custo de estradas vicinais da região e estão previstas ações de preservação ambiental, como planejamento, manejo e monitoramento dos recursos hídricos da área de atuação do consórcio.

2.2.11. Associações, conselhos cooperativas, sindicatos, ONGs e outros

Associação da Colônia Italiana de Monte Alverne (Acima)

Associação da Microbacia de São Pedro

Associação de Produtores de Monte Pio

Associação dos Cafeicultores do Sul do Estado – Ascasul

(Jorge Édson Lomba Galvão)
Situada na Criméia, antigo IBC
Castelo ES

Conselho Municipal da Ação Social

Conselho Municipal da Criança e do Adolescente

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Conselho Municipal de Educação

Conselho Municipal de Saúde

Conselho Municipal de Segurança

Conselho Municipal do Trabalho

Cooperativa Agrária Mista de Castelo
(Jorge Édson Lomba Galvão, telefax 542-1387)
Rua Antônio Machado, 35
Centro
Castelo ES
29.360-000

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Castelo
(Leonides A. de Souza, telefax 542-2340)
Rua Glorinha Nemer, 327
Castelo ES

29.360-000

Sindicato Patronal
 (Francisco Valane da Cruz, telefax 542-1673)
 Av. Nossa Senhora Aparecida, 396
 Castelo ES
 29360-000

Sociedade dos Amigos do Vale do Rio Castelo (Savac)
 (Jorge Heller Netto)

2.2.12. Projetos potenciais

Com o apoio da Cooperativa dos Cafeicultores, a prefeitura está desenvolvendo programas de apoio à melhoria da qualidade do café, utilizando-se de recursos do Pronaf. Ainda com recursos deste programa está sendo criada a “Casa do Artesão”, ponto de apoio para o desenvolvimento do agroturismo local.

A já mencionada pavimentação de estradas vicinais de Castelo, que inclui o alargamento dessas vias, visa à melhoria do fluxo da produção agrícola e a ligação do município com Vargem Alta e Muniz Freire, favorecendo também a atividade turística.

Está sendo elaborado projeto de criação do Centro Ecológico e Agrícola de Castelo (Ceac), objetivando o apoio à educação ambiental, a construção de um horto municipal para o cultivo de essências nativas e tanques de piscicultura para repovoamento de rios e lagos da região.

Outro projeto potencial é a implantação do novo distrito industrial, citado anteriormente.

2.2.13. Assentamentos rurais

Inexistentes.

2.2.14. Instituição de ensino superior

Sociedade de Ensino Superior do Espírito Santo (Facastelo)
 (Gilson Mendes da Cruz, fone 542-2253)
 Av. Nossa Senhora da Penha, s/n
 Castelo ES
 29.360-000

2.2.15. Turismo

O agroturismo está em fase de implantação. Foi iniciado um trabalho de motivação destinado a despertar a população urbana para a oferta de lazer típica do meio rural e para os produtos *in natura* ou processados que lhe são fornecidos de forma saudável. O produtor rural inicia-se na modalidade através da ação integrada, incluindo a hospedagem, a agroindústria, a produção artesanal, a piscicultura e a oferta de produtos *in natura*.

Como atrativos para o ecoturismo destacam-se:

Pico do Forno Grande – Com 2.082 m de altitude, é mais explorado no inverno, porque os ventos e as chuvas de verão dificultam sua escalada. Já está pronto um projeto para instalação de um *camping* no local. O pico está localizado no Parque Estadual Florestal de Forno Grande, cuja área total é de 621,2 ha.

Gruta do Limoeiro – Monumento natural, é considerada uma das mais importantes do Estado, por sua profundidade e formações rochosas. A prefeitura está tentando captar verbas para iluminar seu interior, o que o transformará em um dos pontos turísticos mais importantes da região.

Cachoeira da Prata – Com quedas de mais de 100 m de altura, proporciona um espetáculo natural.

Cachoeira do Centro – Muito freqüentada nos finais de semana e no verão.

Parque Estadual da Mata das Flores, com 800 ha de área total.

Unidades de hospedagem – Regina Hotel e Plaza Hotel.

2.2.16. Instituições entrevistadas

Emcaper (escritório local)
Telefax: 542-1438
E-mail: castelo@emater.es.gov.br

Prefeitura Municipal de Castelo
Av. Nossa Senhora da Penha, 103
Castelo ES
29.360-000
Telefax: 542-2211

2.3. MUNICÍPIO DE MIMOSO DO SUL

2.3.1. Introdução

Instalado em 29 de julho de 1887, o município de Mimoso do Sul, dista 175 km da Capital do Estado. Com uma população estimada em 25.254 habitantes (IBGE/1998), distribuída quase igualmente entre o meio rural e o urbano, o município vem apresentando um crescimento populacional urbano de 3,16% a.a., enquanto sua população rural decresce a (-)1,41% ao ano. Ocupa uma área de 870,96 Km², o equivalente a 1,88% do território estadual, apresentando uma densidade demográfica baixa em 1998 (28,69 hab/km²) comparativamente à do Estado (62,69 hab/km²).

2.3.2. Setor agropecuário

Conforme os dados do IBGE (1995/96), o café é um dos principais produtos da agricultura do município, gerando 85% da renda total do setor. No período pesquisado (1995/96), as duas atividades que tinham alguma representatividade, além do café, eram a cultura de milho, com 1% da renda gerada, e a de feijão, também com 1%. Esses dois produtos tinham papel preponderante na subsistência dos micro e pequenos produtores.

De acordo com a Emcaper local (1998), a cultura do café ocupa uma área de 12 mil ha, e a produção cafeeira (1998) é de 9 mil toneladas.

A bananicultura se destaca, com uma área de 1.150 ha e uma produção de 11.500 toneladas.

A pecuária de leite, ocupando uma área de 25 mil ha, apresenta uma produção de 9 mil litros.

Quanto à estrutura fundiária, comparando-se dados do IBGE do período 1995/96 com os da Emcaper de 1998, observa-se uma inversão no que se refere ao número de estabelecimentos, registrando-se aumento considerável da participação dos microestabelecimentos. De acordo com os dados do IBGE, para o período 1995\96, os microestabelecimentos (0-50 ha) representavam 24% do total, os pequenos (50-100) e os médios (100-200), 73%. Já os dados da Emcaper de 1998 apresentam uma participação de 73% dos microestabelecimentos (0-50 ha) no número total de estabelecimentos, enquanto os pequenos (50-100) e médios (100-200) representam 21%.

O número de empregos gerados na agropecuária é de aproximadamente 8 mil permanentes e 3 mil eventuais.

O município de Mimoso do Sul possui um bom potencial agrícola na fruticultura de clima tropical.

A forma de gestão predominante das propriedades é a agricultura familiar.

No que tange ao trabalho dos órgãos públicos, ressalte-se a atuação da Emcaper. Recebendo uma demanda de 70% das propriedades rurais do município, ela atende a 50% delas. O crédito agrícola tem o financiamento do Pronaf e do Funcafé. O Pronaf, que tem como objetivo o custeio do café, obteve em Mimoso do Sul 186 cartas de aptidão em 1998, contra apenas 81 em 1999.

O ponto de estrangulamento mais importante é a presença de intermediários na comercialização dos produtos agropecuários, com exceção do leite.

2.3.3. Setor industrial

Com 41 empresas instaladas, empregando 358 pessoas (Findes/Ideies, 1997/98), este setor é bem desenvolvido no município. O gênero de maior destaque é o de minerais não-metálicos, com 10 empresas, responsável pela ocupação de 132 pessoas.

No contexto microrregional, Mimoso do Sul está em quarto lugar no *ranking* geral dos 12 municípios que constituem a microrregião.

2.3.4. Setor comércio/serviços

De acordo com informações contidas na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 1997, o município possui 327 empregados registrados no comércio e 929 no subsetor serviços. Estes números representam, em termos percentuais, 3% e 5%, respectivamente, do total de empregados registrados na Microrregião Pólo Cachoeiro.

Comparando-se com o somatório dos postos de trabalho formal em todas as atividades econômicas do município, verifica-se que o setor terciário representa 64% deste total.

2.3.5. Centro/distrito industrial

O município está em vias de instalar um distrito industrial às margens da BR- 101. O processo encontra-se na etapa de vistoria de área.

Agências bancárias presentes no município

- Banco do Brasil S/A
- Caixa Econômica Federal
- Banestes

2.3.6. Agência de desenvolvimento local

Agência de Desenvolvimento Municipal — Fundada em 8 de novembro de 1994, tem como presidente o atual prefeito do município, Sr. Ronan Rangel. A agência tem os

seguintes objetivos: efetivar linhas de financiamento para micro e pequenas empresas; promover cursos, treinamentos, palestras nas diversas áreas (comercial, industrial, agrícola, etc.); promover o desenvolvimento de Mimoso do Sul, a curto, médio e longo prazos, de acordo com as necessidades e prioridades levantadas pela comunidade; suscitar o surgimento e desenvolvimento de empresas comerciais, industriais e de serviço, nos setores primário, secundário e terciário e buscar junto a órgãos públicos e privados parcerias, convênios e acordos de cooperação técnica, econômica e financeira necessários à execução dos programas, projetos e plano diretor de desenvolvimento do município.

2.3.7. Prefeitura Municipal de Mimoso do Sul

Secretarias ligadas ao desenvolvimento econômico:

- Ação Social
- Agricultura
- Esporte e Turismo
- Finanças
- Planejamento
- Transporte/Obras e Infra-estrutura

O município não possui PDU aprovado, mas faz parte do planejamento a realização de todos os estudos necessários a sua elaboração, com previsão de aprová-lo até o final de 1999.

2.3.8. Estruturas do Estado presentes no município

- Emcaper (escritório local)
- Idaf

2.3.9. Consórcios intermunicipais

Consórcio de Municípios da Bacia do Rio Itabapoana — Foi concebido e articulado através do Projeto Managé, da Universidade Federal Fluminense. Tem como objetivo geral o desenvolvimento sustentado da bacia hidrográfica do rio Itabapoana, que compreende 18 municípios, sendo 9 do Estado do Espírito Santo (Apiacá, Bom Jesus do Norte, Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Guaçuí, Mimoso do Sul, Muqui, Presidente Kennedy e São José do Calçado); quatro do Estado de Minas Gerais (Caiana, Caparaó, Espera Feliz e Alto Caparaó); e cinco do Estado do Rio de Janeiro (Bom Jesus do Itabapoana, Campos dos Goytacazes, São Francisco do Itabapoana e Varre-Sai).

Consórcio Intermunicipal de Saúde Pólo Sul Capixaba — Fundado em 1º de setembro de 1998, tem como objetivo a compra de exames de média, alta e baixa complexidade. É presidente do consórcio a Sr.^a Daisy de Deus Pombel Batista, da Prefeitura de Bom Jesus do Norte, e diretor, o Dr. Manoel Moulin Neto, secretário municipal de Mimoso do Sul. Ao consórcio estão integrados 13 municípios.

2.3.10. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros

Aorsan (Associação Comunitária de Santo Antônio do Muqui) – distrito de Santo Antônio do Muqui

Associação Comunitária de Dona América – distrito de Dona América

Associação Comunitária de São Rafael, Santa Luzia e Barro Branco – distrito de Conceição do Muqui

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mimoso do Sul e Apiacá

Dirigente: Edimar Araújo, fone 555-1564

Sindicato dos Empregados Rurais

Dirigente: Benedito Silvestre Teixeira, fone 55-1350.

2.3.11. Projetos potenciais

Há uma tendência de reservar a área que se estende à margem da BR-101 (23 km) ao setor serviços, dado o grande fluxo de veículos que abastecem São Paulo e Rio de Janeiro.

Existe projeto para melhorar a tecnologia do café com vistas a aumentar a produtividade e fixar a população no meio rural.

Está nos planos da prefeitura o asfaltamento do trecho compreendido entre a sede de Mimoso do Sul e o distrito de Conceição do Muqui, responsável pelo escoamento da produção de 9 mil covas de café.

2.3.12. Assentamentos rurais

No município de Mimoso do Sul existem dois assentamentos rurais. O *Assentamento Rural da União*, cujas principais atividades são o café, a banana e a hortaliça, está vinculado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mimoso do Sul e Apiacá. O *Assentamento Rural Rancho Alegre* tem como principais atividades o cultivo de café, de banana e de hortaliça, e está subordinado ao Movimento dos Sem-Terra.

2.3.13. Instituições de ensino superior

Inexistentes.

2.3.14. Turismo

O turismo dá hoje seus primeiros passos no município. Vários sítios “pesque-pague” têm surgido, e multiplicam-se os passeios ecológicos. A consciência ecológica de preservação do meio ambiente em Mimoso do Sul está em alta, com o projeto de despoluição dos rios, em andamento.

A festa tradicional da cidade, com data móvel, tem início na segunda quinta-feira do mês de julho, culminando no domingo corrente com queima de fogos e belos efeitos pirotécnicos à meia-noite.

Também já virou tradição o Mimoreta, carnaval fora de época, sempre no mês de outubro.

A hidrografia do município mostra-se generosa em pontos turísticos. A Mina é conhecida pelas inúmeras cascatas e pequenas cachoeiras, além de diversos poços excelentes para banho. Santa Marta, além de proporcionar aos visitantes cascatas aconchegantes, que massageiam os que entram em contato com suas águas, possui um poço próprio para crianças. Palmeiras é uma região com belos poços de águas cristalinas. Aparecida é um ótimo poço formado pela união de dois rios; o rio menor é bastante raso e calmo, o que possibilita maior aquecimento de suas águas pelo sol em dias quentes, propiciando aos usuários que se deitam em suas águas um relaxamento completo. E, por fim, a Cachoeira do Inferno é um conjunto de corredeiras. É muito freqüentada por pescadores e banhistas locais e de outras cidades e estados; os peixes que nela são pescados podem ser considerados verdadeiros troféus.

Chamam também atenção os picos e montanhas, como os Pontões, o pico culminante do município, com 1.938 m de altitude, no distrito de Conceição do Muqui; o Farol, pico culminante da sede municipal, mede 800 m de altitude, oferecendo corredeiras para banhistas e uma área de camping próxima à Escola Unidocente do Farol; chama atenção o fato de que ele nunca foi escalado. Finalizando, temos o Estrela D’Alva, um pico localizado no distrito de São José das Torres, com 1.050 m de altitude; possui área de camping no topo da pedra, o que permite um visão de rara beleza.

No coração da cidade de Mimoso do Sul, a pouco mais de 1 quilômetro do centro, está localizado o monumento do Cristo Redentor, que é diariamente visitado por moradores e visitantes; de lá pode-se ter uma visão quase completa da cidade. O acesso ao monumento pode ser feito tanto a pé quanto em pequenos automóveis.

O distrito-sede é constituído de prédios com arquitetura e fachadas de inestimável valor cultural. O Sítio Histórico de São Pedro do Itabapoana, fundado em 1852, foi, na década de 80, tombado como patrimônio histórico municipal. São Pedro do Itabapoana fica numa região montanhosa de fácil acesso.

2.3.15. Instituições/pessoas entrevistadas

Prefeitura Municipal de Mimoso do Sul
(Christiane Wigneron Gimenes, fones 555-1333/ 555-1336)
Praça Coronel Paiva Gonçalves, n.º 50

Centro
Mimoso do Sul ES
29.400-000

Escritório da Emcaper
(Gilberto Rodrigues Ferreira, fone 555-1956)
Rua Dr. José Coelho do Santos, n.º 231
Centro - 29.400-000
Mimoso do Sul ES
E-mail: mimoso@escelsa.com.br

2.4. MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA

2.4.1. Introdução

Vargem Alta, município criado em 1988, localiza-se a 138 km de Vitória e possui uma área de 414 km² (0,89% da área do Estado). Sua população, estimada em 13.826 habitantes, concentra-se na zona rural (72%). A taxa média de crescimento anual da população é de 0,85% e a densidade demográfica, de 33 hab/km².

2.4.2. Setor agropecuário

O município de Vargem Alta é essencialmente agrícola. Dados da Emcaper mostram, para 1998, a existência de 1.200 imóveis rurais no município.

A estrutura fundiária é típica de minifúndio. Do total de propriedades rurais, 80% possuem áreas inferiores a 50 ha; 14% medem entre 50 e 100 ha; e apenas 4% possuem mais de 100 ha. As pequenas propriedades empregam 2.672 trabalhadores, 72% da mão-de-obra ocupada no meio rural.

Prevalece a gestão familiar, que se utiliza de parcerias entre proprietários e meeiros.

Em 1998, o valor da produção agrícola do município atingiu R\$ 27,9 milhões, 43% da rentabilidade agrícola.

A cultura do café destaca-se sobremaneira. De 1995 a 1998 a área plantada com café cresceu cerca de 2 mil ha. As perspectivas para os próximos anos são de introdução de novas tecnologias de cultivo e de renovação de lavouras para o café arábica e conillon.

Existem ainda expressivas produções e áreas cultivadas de milho, feijão, abacate, banana e olerícolas, totalizando 1.550 ha de área plantada, 8.520 toneladas produzidas e um rendimento anual de R\$ 1,9 milhões.

O setor possui uma expectativa otimista quanto à expansão de áreas para reflorestamento. Hoje são ocupados 500 ha para uma produção de 30 mil m³ de madeira.

A fruticultura apresenta boas perspectivas. Além de frutas tropicais em algumas áreas, o clima e o tipo de solo favorecem a produção de espécies típicas de climas temperados: uva e figo, principalmente.

Informações estatísticas do IBGE para o processo de evolução do efetivo bovino no município (e de vacas ordenhadas) demonstram que ele apresentou uma redução de 15% no início da década. Esta tendência deve manter-se, segundo a Emcaper. Hoje produzem-se em Vargem Alta 4 mil litros de leite e 180 toneladas de carne, totalizando uma rentabilidade de R\$ 1,1 milhão. O rebanho bovino é de 5.792 cabeças.

Há pouca disponibilidade de crédito com juros e prazos compatíveis com a atividade agropecuária em Vargem Alta, principalmente para investimentos.

O principal agente financiador é o Banco do Brasil, cujo montante financiado em 1998 somou R\$ 2,2 milhões. Os principais programas foram o Funcafé, o Finame, o Proger Rural e o Pronaf. Este último tem destinado recursos, no caso deste município, apenas para o custeio agrícola, principalmente de lavouras de café.

O Banestes iniciou em 1999 um programa creditício para o setor. Até o momento foram financiados R\$ 50 mil.

Há um baixo nível de conscientização da população rural quanto a práticas associativas. Existe uma cooperativa de cafeicultores, mas sua atuação é ainda incipiente. Uma extensão da base do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeiro de Itapemirim realiza um bom atendimento aos associados. As entidades comunitárias rurais existentes estão mais voltadas a trabalhos comunitários do que à produção em si.

Quanto às agroindústrias, existe uma empresa produtora de mariola que utiliza 20 toneladas de banana nanica adquiridas na região. Emprega 15 pessoas e possui um faturamento mensal de R\$ 10 mil.

A indústria de beneficiamento de madeira gera 50 empregos diretos. Uma das firmas produz madeira serrada (eucalipto, 2.000 m³/mês) utilizando-se de insumos produzidos localmente. Sua produção constitui-se matéria-prima das seis fábricas de móveis e esquadrias instaladas no município.

Dez pequenos alambiques, a produção familiar de doces e conservas de características artesanais complementam a renda de pequenos produtores.

2.4.3. Indústrias instaladas no município

O setor é modesto, porém importante, principalmente por indicar uma potencialidade local. As indústrias existentes são de pequeno porte e têm sua maior representação na extração mineral e nos minerais não-metálicos. Conforme dados da Findes/Ideies (1997/98), há em Vargem Alta 71 indústrias, representando 1% das indústrias instaladas no Estado do Espírito Santo. Essas empresas empregavam 574 pessoas, ou seja, 0,5% da mão-de-obra empregada neste setor no Estado. No contexto microrregional, Vargem Alta está em terceiro lugar, tanto relativamente ao número de plantas (7% do conjunto da microrregião), quanto ao número de empregos gerados (3,5%). Portanto, o município é superado apenas por Cachoeiro e por Castelo.

A maior parte dos estabelecimentos está ligada à extração e beneficiamento de mármore e granito e à produção de calcário: 35 empresas do ramo minerais não-metálicos e 21 do ramo extração mineral. A mão-de-obra direta e a indireta envolvidas na cadeia produtiva deste segmento representam parcela importante na geração de renda da cidade.

2.4.4. Setor comércio/serviços

De acordo com informações contidas na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 1997, o município possui 151 empregados registrados no comércio e 645 no subsetor serviços. Estes números representam, em termos percentuais, 1,5% e 3,5%, respectivamente, do total de empregados registrados na Microrregião Pólo Cachoeiro.

Comparando-se com o somatório dos postos de trabalho formal em todas as atividades econômicas do município, verifica-se que o setor terciário representa 48% deste total.

2.4.5. Centro/distrito industrial

Inexistente.

2.4.6. Agências bancárias presentes no município

- Banco do Brasil
- Banestes
- Sicoob/Bancoob (posto avançado do Sistema de Cooperativas de Crédito, integrante do Banco Cooperativo do Brasil)

2.4.7. Prefeitura Municipal de Vargem Alta

Secretarias municipais ligadas ao desenvolvimento econômico:

- Administração
- Agricultura
- Finanças
- Obras e Serviços Urbanos
- Turismo, Cultura e Meio Ambiente

2.4.8. Estruturas do Estado (e do governo federal) presentes no município

- Emcaper
- Idaf
- Sebrae (através do balcão de Cachoeiro de Itapemirim)

2.4.9. Agência de desenvolvimento local

Inexistente.

2.4.10. Consórcios intermunicipais

Os consórcios intermunicipais de bacias hidrográficas visam o desenvolvimento econômico e social sustentável regional. Destinam-se prioritariamente à política municipal de recursos hídricos, tais como: legislação de proteção das águas e das florestas, destino final do lixo, recuperação e pavimentação de estradas, turismo sustentável e educação ambiental, dentre outros objetivos. Vargem Alta participa dos seguintes consórcios:

Consórcio da Bacia do Rio Itapemirim — Fundado em 12 de dezembro de 1997, é composto pelos municípios de Irupi, Iúna, Cachoeiro de Itapemirim, Atílio Vivacqua, Castelo, Conceição do Castelo, Ibatiba, Ibitirama, Itapemirim, Jerônimo Monteiro, Marataízes, Muniz Freire, Vargem Alta, Venda Nova do Imigrante e Muqui, no Espírito Santo, além do município de Lajinha, em Minas Gerais.

Consórcio da Bacia do Rio Castelo — Formalizado em 20 de agosto de 1997, é constituído pelos municípios de Castelo, Conceição do Castelo, Muniz Freire, Venda Nova do Imigrante e Vargem Alta.

Consórcio da Bacia do Rio Novo — Os municípios consorciados são: Iconha, Rio Novo do Sul, Itapemirim, Piúma e Vargem Alta.

2.4.11. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros

O Conselho Municipal de Turismo foi recentemente criado em Vargem Alta. Segundo a prefeitura, está sendo estruturado para viabilizar seus projetos, fomentando o setor com vistas à geração de emprego e renda.

2.4.12. Projetos potenciais

A análise das informações obtidas pelo *Diagnóstico Socioeconômico para 1998*, do Programa de Interiorização do Sebrae/ES, permitiu esboçar um elenco de potencialidades econômicas para Vargem Alta (por setor de atividade econômica):

Setor primário — intensificação e aperfeiçoamento tecnológico da extração de mármore e granito; aproveitamento das excelentes condições climáticas para a produção de café com intensificação do emprego das técnicas e processos que levem à melhoria da qualidade do produto; ampliação das áreas exploradas com horticultura e fruticultura; investimento em melhoramento genético do rebanho bovino leiteiro; reflorestamento com essências nativas e florestamento econômico; reativação do setor de sericicultura.

Setor secundário — indústria de beneficiamento de mármore e granito; implantação de agroindústrias com o objetivo de extração de polpa para ser preservada e fabricação de doces; implantação de indústrias vinícolas; incremento da fabricação de embutidos e produtos de laticínios; reativação e modernização de indústria para beneficiamento e tecelagem da seda; engarrafamento de água mineral.

Setor terciário — ampliação da rede hoteleira do município com vistas à intensificação da atividade de agroturismo; comercialização de pacotes turísticos para a divulgação das belezas naturais do município; criação de área específica para a comercialização de produtos alimentícios industrializados e de artesanato.

Vantagens comparativas — o município de Vargem Alta é considerado possuidor de um clima extremamente saudável; dispõe de grandes reservas de mármore e granito; apresenta condições climáticas especiais para a produção de frutas exóticas de clima frio; dispõe de infra-estrutura de serviço de energia elétrica, telefonia e água tratada; oferece uma rede hoteleira de bom padrão; enquadra-se dentro dos benefícios fiscais e tributários dos incentivos Funres, Fundes e Fundap.

2.4.13. Assentamentos rurais

Inexistentes.

2.4.14. Instituições de ensino superior

Inexistentes.

2.4.15. Turismo

O município está inserido na região **(parei aqui)** serrana capixaba e apresenta variações de altitude de 50 a 1.890 m. Possui clima típico de montanha, recursos hídricos abundantes, com inúmeras quedas d'água, riqueza de fauna e flora, grutas e outros atrativos ligados ao ecoturismo.

A recuperação e estímulo à adoção de arquitetura urbana típica, que caracteriza a origem migratória e a cultura dos colonizadores da região (italianos) constitui um fator importante na expansão e melhoria do turismo local, assim como a abundante culinária tipicamente italiana.

A ferrovia, importante fator de desenvolvimento para as diversas comunidades do município, com suas estações e túneis, forma um conjunto de importante valor histórico.

Os principais atrativos turísticos são:

Cachoeira da Concórdia – Localizada a 20 Km da sede, oferece exuberante paisagem e lago para banho.

Cachoeira do Caiado – A 7 Km da sede, é um conjunto de duas quedas naturais e de lagos muito visitados, localizados na comunidade de Richmond.

Cachoeira do Brother – A 21 Km da sede, é a maior em queda livre no município. Localiza-se em Vila Maria.

Cachoeira de São José – A 13 Km da sede, tem potencial para canoagem.

Gruta do Córrego Alto – De formação calcária, situada a 13 Km da sede. É muito procurada para turismo de aventura.

Mirante de Alto Formoso – Oferece uma das mais belas vistas da região. Está localizada às margens da ES-164, a 9 Km da sede.

Mirante do Córrego Alto – Dista da sede 6 Km em direção a São José de Fruteiras.

Presépio Artístico de Jaciguá – Localizado ao lado da igreja local, é uma obra mecanizada que retrata a vida de Jesus e o cotidiano do povo. Aberto todos os dias à visitação pública.

Horto municipal – Oferece plantas exóticas, medicinais, ornamentais e olerícolas.

Feira do Agroturismo – Funcionando na rodovia municipal Isidoro Salvador, é também posto de informações.

Encontram-se ainda à disposição dos visitantes e da comunidade os seguintes espaços culturais e de lazer:

Montanhas Clube;

Instituto Salesiano Anchieta (Jaciguá);

Igreja antiga de Castelinho.

Unidades de hospedagem — *Cæsar Park Fazenda Verde* (4 apartamentos e 20 chalés) e o *Hotel Chaminé* (32 apartamentos e 4 chalés). Pousadas: *Pousada Dallecrode*, com oito leitos, *Pousada Sítio Richmond*, com seis leitos, e *Pousada da Casa da Mata*, com 12 leitos.

2.4.16. Instituições entrevistadas

Emcaper (escritório local)

Telefone: 528-1042

Prefeitura Municipal de Vargem Alta

Rua Willian Rose, s/n.º

Vargem Alta ES

29295-000

Telefones: 528-1010 e 528-1045

2.5. MUNICÍPIO DE MUQUI

2.5.1. Introdução

O município de Muqui, criado em 11 de novembro de 1890, possui uma área de 329,6 km², que representa 0,7% da área territorial do Estado, distando 162 km de Vitória. Sua população, estimada para 1998, é de 12.906 habitantes, sendo 63% localizada na zona urbana e 37% na rural (IBGE, 1996), com uma densidade demográfica de 40,2 hab/km² e uma taxa média geométrica de crescimento anual da população (1991-96) de -0,54, enquanto a do Estado é de 1,51.

2.5.2. Setor agropecuário

Segundo dados do IBGE (1995/96), o município de Muqui possuía, naquele período, as seguintes culturas: abacate, arroz, banana, café, cana, coco, feijão, mamão, mandioca e milho. Dessas, considerando o valor bruto da produção anual, as mais importantes eram: o café (representando 92,3% do total), o milho (2,5%), a banana (2,1%) e o feijão (1,5%). No que diz respeito à produção total anual (em toneladas), as mais importantes eram: café (80%), milho (11,5%) e arroz (4,5%). Quanto à área cultivada: café (78%), milho (11%), feijão (4,5%) e arroz (3,7%).

De acordo com informações da Emcaper local, as principais culturas para o ano em curso (1999) são: o café, numa área de 4.300 ha e produção de 4.576 toneladas (coco); a bovinocultura de leite, com 14.100 cabeças, produzindo 3.200 mil litros/ano; o milho, cultivado em 870 ha, produzindo 2.260 toneladas; e a banana, plantada em 162 ha, com uma produção total anual de 1.290 toneladas.

O café, produzido fundamentalmente pela mão-de-obra familiar acrescida da força de trabalho de parceiros, é comercializado através de compradores (atravessadores) locais. Na bovinocultura de leite, os produtores utilizam a mão-de-obra permanente (mensalistas), sendo todo o produto comercializado via cooperativa. O milho, cultivado através de parceiros (que recebem a terça parte da produção), é comercializado no próprio município. E na bananicultura utiliza-se mão-de-obra temporária (diaristas), e o produto é também comercializado no próprio município.

Quanto à tecnologia utilizada, no geral, temos: mudas e sementes selecionadas; adubação e correção do solo; tratos culturais; poda; desbrota; alimentação; silagem e formação de pastagens, além do melhoramento genético.

A distribuição fundiária predominante no município é a seguinte: de um total de 556 estabelecimentos rurais, 57,4% estão no estrato de até 50 ha; 30,5% no de 50 a 100 ha e apenas 12% no de mais de 100 ha. Trata-se, portanto, de um município em que predomina o minifúndio, pois aproximadamente 88% dos estabelecimentos estão concentrados no estrato de 0 a 100 ha (micros, pequenos e médios produtores), sobressaindo a agricultura familiar.

As atividades agrícolas de Muqui geram, hoje, aproximadamente 3.245 empregos diretos, sendo assim distribuídos: cafeicultura (91,5%); bovinocultura de leite (6%) e bananicultura (2,5%).

Além das atividades tradicionais, as principais potencialidades agrícolas do município, segundo a Emcaper, são a fruticultura tropical e as novas agroindústrias que estão sendo implantadas. Estas são representadas pelas empresas ErvaMel, Fábrica de Doces Berilli e Fábrica de Lingüiça São José, gerando 15 empregos diretos. Tais estabelecimentos têm uma atuação eminentemente municipal, abrangendo também as adjacências. Portanto, não há qualquer movimento exportador para além dos limites de Muqui.

A Emcaper local atende, hoje, a cerca de 54% do total de estabelecimentos rurais (556), sendo exercida sobre a instituição uma forte demanda, apesar da atuação paralela e integrada da Secretaria Municipal de Agricultura, Interior e Meio Ambiente.

Quanto ao crédito agrícola, é praticamente inexistente, tendo sido liberados, em 1998, R\$ 597 mil para o custeio do café, via Pronaf.

Por fim, os pontos de estrangulamento mais importantes do setor são o baixo preço dos produtos agrícolas, as dificuldades para a comercialização (dependência dos atravessadores), uma agricultura ainda pouco diversificada e a falta de uma política agrícola melhor definida, além da não-priorização do setor.

2.5.3. Indústrias instaladas no município

Conforme o cadastro Findes/Ideies (1997/98), o município de Muqui apresenta o modesto número de 19 empresas instaladas, empregando 102 pessoas. O gênero mais importante é o de alimentos, com 5 empresas, empregando 26 pessoas. As demais plantas disseminam-se pelos gêneros restantes, não havendo outro com maior expressão.

No contexto microrregional, o pessoal ocupado no município representa apenas 0,6% do total (16.392). Quanto ao número de estabelecimentos, fica com apenas 2% do total, numa microrregião que é absolutamente polarizada por Cachoeiro de Itapemirim (65% das unidades e 80% do pessoal ocupado). Em segundo lugar vem Castelo, com menos de 10% nos dois parâmetros arrolados. Assim, Muqui está em sétimo lugar — quanto ao número de unidades — no *ranking* dos 12 municípios da microrregião. A partir do critério de pessoal ocupado, fica em nono lugar, à frente apenas de Jerônimo Monteiro, São José do Calçado e Apiacá.

2.5.4. Setor comércio/serviços

De acordo com informações contidas na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 1997, o município possui 184 empregados registrados no comércio e 501 no subsetor serviços. Estes números representam, em termos percentuais, 2% e 3%, respectivamente, do total de empregados registrados na Microrregião Pólo Cachoeiro.

Comparando-se com o somatório dos postos de trabalho formal em todas as atividades econômicas do município, verifica-se que o setor terciário representa 74% deste total.

2.5.5. Centro/distrito industrial

Inexistente.

2.5.6. Agências bancárias presentes no município

- Banco do Brasil
- Banestes
- Caixa Econômica Federal

2.5.7. Prefeitura Municipal de Muqui

Secretarias ligadas ao desenvolvimento econômico:

- Administração
- Agricultura
- Planejamento
- Transportes/Obras/Infra-estrutura

O município não possui PDU aprovado.

2.5.8. Estruturas do Estado (e do governo federal) presentes no município

- Emcaper (escritório local)
- Idaf
- Sebrae/ES

Obs.: Os dois últimos, mesmo não instalados no município, prestam assistência a Muqui.

2.5.9. Agência de desenvolvimento local

Inexistente.

2.5.10. Consórcios intermunicipais

Consócio de Municípios da Bacia do Rio Itabapoana — Foi concebido e articulado através do Projeto Managé, da Universidade Federal Fluminense. Tem como objetivo geral o desenvolvimento sustentado da bacia hidrográfica do rio Itabapoana,

que compreende 18 municípios, sendo 9 do Estado do Espírito Santo (Apiacá, Bom Jesus do Norte, Divino de São Lourenço, Dores do Rio Preto, Guaçuí, Mimoso do Sul, Muqui, Presidente Kennedy e São José do Calçado); quatro do Estado de Minas Gerais (Caiana, Caparaó, Espera Feliz e Alto Caparaó); e cinco do Estado do Rio de Janeiro (Bom Jesus do Itabapoana, Campos dos Goytacazes, São Francisco do Itabapoana e Varre-Sai).

Consórcio Intermunicipal da Bacia do Rio Itapemirim – Fundado em 12 de dezembro de 1997, é composto pelos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Atilio Vivacqua, Castelo, Irupí, Lúna, Conceição do Castelo, Ibatiba, Ibitirama, Itapemirim, Jerônimo Monteiro, Marataízes, Muniz Freire, Vargem Alta, Venda Nova do Imigrante e Muqui, no Estado do Espírito Santo, além do município de Lajinha, em Minas Gerais. Tem como objetivos: a) programar, planejar e/ou executar ações, programas e projetos destinados ao desenvolvimento sustentável socioeconômico e ambiental na área territorial da bacia do rio Itapemirim; b) integrar ações, programas e projetos desenvolvidos por órgãos governamentais, ONGs, entidades e empresas públicas ou privadas, consorciadas ou não, destinados a recuperação e preservação ambiental da região. Iniciado há aproximadamente 10 anos, por iniciativa de ONGs dos municípios do Sul do Estado, o consórcio só ficou efetivamente consolidado em documentos a partir de 1995, por falta de respaldo técnico e até mesmo de avanços políticos. Apenas em 1997, quando o consórcio já estava oficialmente instalado, é que novos esforços foram feitos, com o objetivo de recuperar os recursos hídricos da bacia. Esta iniciativa recebeu apoio do Centro Agropecuário da Ufes (Caufes), ficando constituída uma equipe técnica para tratar deste assunto. Já foi possível elaborar um diagnóstico preliminar da bacia e, posteriormente, assinar o estatuto do consórcio, uma iniciativa considerada modelo de gestão de recursos hídricos em âmbito nacional. Vários projetos já foram assumidos pelos 17 municípios que compõem o consórcio, tais como: execução do Plano Diretor da Bacia, Sistema de Gestão de Recursos Hídricos, dentre outros.

Consórcio Intermunicipal de Saúde Pólo Sul Capixaba — Fundado em 1º de setembro de 1998, tem como objetivo a compra de exames de média, alta e baixa complexidade. É presidente do consórcio a Sr.^a Daisy de Deus Pombel Batista, da Prefeitura de Bom Jesus do Norte, e diretor, o Dr. Manoel Moulin Neto, secretário municipal de Mimoso do Sul. Ao consórcio estão integrados 13 municípios.

2.5.11. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros

Abrigo da Velhice de Muqui

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae)

Conselho da Polícia Interativa

Conselho do Turismo (em formação)

Conselho Municipal da Criança e do Adolescente
(Zélia Fernandes Moreira)

Conselho Municipal de Ação Social
(Maria de Lourdes G. da Silva)

Conselho Municipal de Saúde
(Maria das Graças S. Ayub)

Conselho Municipal do Meio Ambiente

Conselho Tutelar
(Gessilda da S. Martins)

Cooperativa dos Cafeicultores do Sul do Estado do Espírito Santo
(Paulo Roberto Posse)

Cooperativa Educacional (CEM)
(Neir Rambauduci)

Creche Tio Pedro Domingo

Pastoral Social

Sindicato dos Trabalhadores Rurais
(Agenor de Abreu)

Sindicato Patronal Rural
(José de Assis Alves)

2.5.12. Assentamentos rurais

Assentamento Aliança — Produtos cultivados: milho, feijão, mandioca, arroz e outros.

Assentamento Monte Alegre — Principais culturas: café, feijão, milho, etc.

2.5.13. Instituições de ensino superior

Inexistentes.

2.5.14. Turismo

Segundo a prefeitura, “... Muqui está incluído na Embratur como município com potencialidade turística”.

2.5.15. Instituições e pessoas entrevistadas

Escritório local da Emcaper

Prefeitura Municipal de Muqui
(Giovanna Dias, fones 554-1422/1456; telefax 554-1479)
Rua Satiro França, 95
Centro
Muqui ES
29.480-000

2.6. MUNICÍPIO DE RIO NOVO DO SUL

2.6.1. Introdução

O município de Rio Novo do Sul, instalado em 6 de junho de 1894, possui uma área de 205,7 km², que representa 0,44% da área territorial do Estado, distando 105 km de Vitória. Sua população, estimada para 1998, é de 10.973 habitantes, sendo 52% localizada na zona urbana e 48% na rural (IBGE, 1996), com uma densidade demográfica de 52 hab/km² e uma taxa média geométrica de crescimento anual da população (1991-96) de 1,34, um pouco abaixo do índice estadual (1,51).

2.6.2. Setor agropecuário

Segundo dados do IBGE (1995/96), o café é a principal atividade do setor primário e responsável por 54% da renda gerada no setor. De acordo com a Emcaper, o café vem sendo cultivado nas variedades arábica (1350 ha) e conillon (mil ha). É uma atividade em expansão nas áreas mais altas do município. Esta atividade é cultivada em cerca de 500 propriedades rurais. Os principais problemas que estão sendo trabalhados pela extensão rural na cafeicultura local são: pouca qualidade final do produto, baixa produtividade, perda da fertilidade natural dos solos e pouco ou nenhum poder de barganha do produtor no processo de comercialização do seu produto, o que tem levado a um baixo retorno econômico para o cafeicultor.

Bovinocultura de leite é a segunda atividade em importância econômica para o município, envolvendo 256 propriedades. Praticamente toda a produção é comercializada através da Cooperativa de Laticínio Selita e uma pequena parte pela Cooperativa de Alfredo Chaves. Do total dos pecuaristas, 88% apresentam uma produção diária de até 200 litros de leite, sendo responsáveis por 54% da produção total do município. Os principais problemas da atividade que estão sendo trabalhados pela extensão rural estão associados à baixa produtividade do rebanho leiteiro e têm como causa: alimentação insuficiente e de má qualidade, deficiente manejo do rebanho e problemas relativos a pastagens e capineiras.

A banana-prata é a principal variedade cultivada, sendo a atividade desenvolvida por cerca de 350 famílias no município de Rio Novo do Sul. De acordo com o IBGE (1995/96), a bananicultura é responsável por 35% da renda gerada no setor. O principal problema da atividade é o baixo retorno econômico em função da baixa produtividade e perda da fertilidade natural dos solos.

O coco-da-baía é uma atividade em expansão, desenvolvida em pequena escala em cerca de 60 propriedades rurais de Rio Novo do Sul. Aproximadamente 50% das lavouras ainda estão em fase de formação. Os principais problemas da atividade são a introdução de mudas de baixa qualidade e a alta incidência de pragas, principalmente a broca do cacho.

Aproximadamente 50% da área cultivada com milho é para comercialização em forma de espigas verdes, o que oferece maior rentabilidade para o produtor. Também uma parte significativa é cultivada para alimentação animal. Um dos

principais problemas enfrentados pelos produtores é o custo da semente. A atividade é cultivada em mais de 300 propriedades.

Assim como o milho, a mandioca é também cultivada em sua maior parte para alimentação animal, por cerca de 150 famílias do município. Tal atividade é responsável por 8% da renda gerada no setor. O principal problema para a expansão desta cultura é a instabilidade nos preços praticados e a falta de mudas por ocasião dos anos que apresentam expectativa de melhor retorno econômico.

Além do apresentado, as informações da Emcaper mostram que o município produz ainda arroz (40 ha), citros (laranja e limão — 30 ha), olerícolas (5 ha) e heveicultura, com uma área de 40 ha.

Segundo o IBGE (1995/96), os microestabelecimentos (0-50 ha) são maioria e representam 63% do total, os pequenos (50-100 ha) e os médios (100-200 ha) somados representam 30% da área.

Este setor emprega 3 mil pessoas, entre proprietários, parceiros e trabalhadores rurais, considerando um total aproximado de 700 propriedades rurais.

Existe, ainda, um grande potencial para o cultivo de frutas, tais como maracujá, goiaba e graviola, além da expansão da cultura do coco-da-baía. Em relação à pecuária, a criação de cabras leiteiras parece ser uma boa opção para a região.

Em 1998 o escritório local da Emcaper assistiu diretamente — através de visitas, reuniões, demonstração, excursões e cursos — a aproximadamente 30% do público existente no meio rural rionovense (900 pessoas).

Pontos de estrangulamento mais importantes: produtores descapitalizados, baixo retorno econômico para as atividades agropecuárias e, de um modo geral, baixo poder aquisitivo do mercado consumidor.

Atualmente existem as seguintes linhas de crédito rural em Rio Novo do Sul: Pronaf – rural rápido; Funcafé – colheita e estocagem; e Proger Rural. Todos esses recursos são repassados pelo Banco do Brasil; são, contudo, recursos insuficientes, principalmente para investimento a médio ou longo prazo (atualmente estão fechados por falta de verbas em carteira).

Rio Novo do Sul não possui agroindústria registrada como empresa. Há, contudo, no interior, um grande número de famílias envolvidas com a indústria artesanal caseira, que produzem doces (geléias, compotas, cristalizados, etc.), biscoitos, licores, trabalhos artesanais (bordados/vários, pinturas), produtos de higiene pessoal e limpeza (xampu, detergente, sabão, etc.) e até peças de vestuário masculino e feminino, inclusive roupas íntimas. Estima-se que estas atividades sejam desenvolvidas por pelo menos 150 famílias rurais.

2.6.3. Indústrias instaladas no município

Com 28 unidades instaladas, ocupando 258 pessoas (Findes/Ideies, 1997/98), este setor é bem pouco desenvolvido no município. O gênero de maior destaque é o de minerais não-metálicos, com 12 empresas, responsável pela ocupação de 139 pessoas (mais de 50% do total).

No contexto microrregional, Rio Novo do Sul participa com apenas 1,6% do pessoal ocupado e 2,9% das unidades instaladas, sendo o quinto e sexto no *ranking* dos municípios da microrregião, relativamente ao número de plantas instaladas e pessoal ocupado.

2.6.4. Setor comércio/serviços

De acordo com informações contidas na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 1997, o município possui 140 empregados registrados no comércio e 418 no subsetor serviços. Estes números representam, em termos percentuais, 1,5% e 2%, respectivamente, do total de empregados registrados na Microrregião Pólo Cachoeiro.

Comparando-se com o somatório dos postos de trabalho formal em todas as atividades econômicas do município, verifica-se que o setor terciário representa 55% deste total.

2.6.5. Centro/distrito industrial

Ainda em processo de estruturação.

2.6.6. Agências bancárias presentes no município

- Banestes
- Banco do Brasil

2.6.7. Agência de desenvolvimento local

Inexistente.

2.6.8. Prefeitura Municipal de Rio Novo do Sul

Secretarias ligadas ao desenvolvimento econômico:

- Desenvolvimento Rural
- Finanças
- Indústria e Meio Ambiente
- Planejamento

O município possui, hoje, 15 associações de moradores e produtores rurais, indo desde a agricultura até o turismo, atuando no desenvolvimento econômico sustentável, interligadas às secretarias.

O município não possui PDU aprovado.

2.6.9. Estruturas do Estado (e do governo federal) presentes no município

- Emcaper
- Idaf
- Procon
- Sebrae/ES

2.6.10. Consórcios intermunicipais

Consórcio Intermunicipal de Saúde — Integrado pelos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Vargem Alta, Jerônimo Monteiro, Castelo, Bom Jesus do Norte, Muqui, Atílio Vivacqua, Mimoso do Sul, Apiacá, São José do Calçado, Rio Novo do Sul e Presidente Kennedy.

Consórcio Intermunicipal para a Construção de Matadouro (em fase de criação).

Consórcio da Bacia do Rio Novo — Integrado pelos municípios de Rio Novo do Sul, Itapemirim, Iconha e Piúma.

2.6.11. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros

Cooperativa de Laticínios Selita — Resfriamento e industrialização do leite “Pura Vida”.

O município conta, atualmente, com um total de 15 associações rurais, sendo 13 associações comunitárias de Rio Novo do Sul, uma de abrangência municipal (Amjur–RNS) e uma de abrangência regional, envolvendo famílias de quatro municípios (Asvale). Atualmente as lideranças têm buscado assessoria da extensão rural com o objetivo de organizar uma federação municipal de associações.

2.6.12. Projetos potenciais

O município dispõe de área destinada ao pólo industrial, necessitando de terraplanagem e extensão de rede elétrica para possibilitar a instalação das indústrias inscritas.

Construção de novo parque para exposição agropecuária de cavalos mangas-largas marchadores, visando maior espaço físico.

Construção de rede coletora e tratamento de esgoto sanitário.

2.6.13. Assentamentos rurais

Inexistentes.

2.6.14. Instituições de ensino superior

Inexistentes.

2.6.15. Turismo

Segundo a prefeitura, o município possui um grande potencial para o agroturismo, embora ainda pouco explorado. Rio Novo do Sul dispõe de apenas uma unidade de hospedagem.

2.6.16. Instituições/pessoas entrevistadas

Escritório local da Emcaper
(José Carlos Soares Mangaravite, fone 533-1213)
Rua Capitão Bley, 15
Centro
Rio Novo do Sul ES
29.290-000

Prefeitura Municipal de Rio Novo do Sul
(Edite de Almeida Decother, fone 533-1120)
Rua Fernando de Abreu, 18
Centro - 29.290-000
Rio Novo do Sul ES

2.7. MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CALÇADO

2.7.1. Introdução

O município de São José do Calçado, originado no período da expansão cafeeira fluminense, foi criado em 11 de novembro de 1890. Situa-se na divisa do Espírito Santo com o Rio de Janeiro. Possui uma área terrestre de 273,25 km², distando 235 km da Capital. A população urbana equivale a 59% dos 10.570 habitantes, possuindo uma taxa média geométrica de crescimento anual de 1,85% — enquanto a rural apresenta um crescimento negativo de (-)1,43%. A densidade demográfica é de 38 hab/km².

2.7.2. Setor agropecuário

Segundo dados do IBGE do período 1995/96, podemos afirmar que no município de São José do Calçado o café é a cultura agrícola que mais se destacou. No mesmo período, o município produziu cerca de 2.958 toneladas, em uma área equivalente a 3.030 ha, o que representa 70% do total da produção dos produtos agrícolas da região. E, segundo a Emcaper local, a produção cafeeira do município aumentou, em 1998, para 4.735 toneladas. Em uma área plantada de 3.277 ha conseguiu acumular um valor bruto da produção de R\$ 4.700 mil.

O café tem sido ao longo dos anos a principal fonte de emprego e renda da população rural do município de São José do Calçado, uma vez que esta cultura está presente em mais de 90% das propriedades. Empolgados com os resultados obtidos pelo plantio dos dois últimos anos, os produtores estão adotando o uso de tecnologia, visando no futuro a um aumento da produtividade.

A pecuária é uma atividade exercida por mais de 50% dos produtores rurais de São José do Calçado e, a exemplo do café, tem sido importante fonte de renda e emprego no meio rural. O melhoramento genético dos rebanhos e o manejo eficiente das pastagens vêm contribuindo para o crescimento da produtividade neste setor, que, no período de 1998, em uma área de pastagem de 8 mil ha, obteve uma produção de 5 milhões de litros, com um faturamento bruto de R\$ 1.150 mil.

Quanto à distribuição fundiária do município, predominam os microestabelecimentos (0-50 ha), com 605 propriedades, representando 84% no total da área de produção, seguidos dos pequenos (50-100 ha), com 13%, e médios (100 ha e mais), com 3%, totalizando estes dois últimos segmentos um percentual de 16% da área de produção.

Segundo a Emcaper, os pontos de estrangulamento de São José do Calçado são: a falta de crédito para o investimento, impedindo o crescimento do município, e a distância entre a área de produção e o centro consumidor, fazendo com que o produto chegue para o consumo com uma qualidade inferior.

Destacando-se na agroindústria de São José do Calçado, a empresa de empacotamento de leite São Domingos emprega um total de 15 pessoas e

contabiliza um faturamento mensal de R\$ 52 mil na produção de queijo e leite pasteurizado.

A assistência técnica e rural possui uma cobertura da Emcaper da ordem de 99% da demanda, envolvendo 80% das propriedades rurais do município. Este trabalho está sendo desenvolvido pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, que atende ao produtor em termos de produção de mudas, patrulha mecanizada nas propriedades, transporte e distribuição de sementes, com repasse de verbas e criação de condições para a atuação da Emcaper no município.

O Pronaf (via Banco do Brasil e Banestes) vem atendendo parte da demanda, referindo-se a custeio e financiamento da lavoura de café. Já foram empregados um total de R\$ 147.200,00 em recursos, tendo como objetivo a aquisição de máquinas e construção de viveiros de mudas de café e plantas nativas.

2.7.3. Indústrias instaladas no município

Encontram-se instaladas no município um total de 14 indústrias de vários gêneros. Entre eles, o que mais se destaca é o de alimentação, contando com 5 empresas e empregando um percentual de 30% do total de postos de trabalho gerados neste setor.

No contexto microrregional, São José do Calçado, com apenas 1,5% do número de unidades instaladas e 0,5% do pessoal ocupado, é o município menos industrializado da microrregião, ocupando a última posição em relação aos outros municípios do Pólo Cachoeiro.

2.7.4. Setor comércio/serviços

De acordo com informações contidas na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 1997, o município possui 234 empregados registrados no comércio (2% do total de empregados registrados na microrregião) e 363 no subsetor serviços (2%).

Comparando-se com o somatório dos postos de trabalho formal em todas as atividades econômicas do município, verifica-se que o setor terciário representa 60% deste total.

2.7.5. Centro/distrito industrial

Um projeto de pólo industrial encontra-se em vias de instalação.

2.7.6. Agências bancárias existentes no município

- Banestes
- Caixa Econômica Federal

2.7.7. Prefeitura Municipal de São José do Calçado

Secretarias ligadas ao desenvolvimento econômico

- Administração
- Agricultura
- Finanças
- Transporte/Obras e Infra-estrutura

O município não possui PDU.

2.7.8. Estruturas do Estado (e do governo federal) presentes no município

- Emcaper
- Funasa
- Idaf
- Sebrae
- Senai/Sesi
- Senac/Sesc

2.7.9. Agência de desenvolvimento local

Inexistente.

2.7.10. Projetos potenciais

O município de São José do Calçado possui uma vocação muito grande para agropecuária, café e gado leiteiro. Existem trabalhos desenvolvidos nestas áreas visando um aumento da produtividade e qualidade dos produtos.

2.7.11. Atividade econômica de fundamental importância para o município

O comércio local tem crescido nos últimos anos em representação na área atacadista e varejista. A área atacadista, com três estabelecimentos, concentra-se na comercialização de produtos derivados principalmente da agricultura. E a varejista, com 63 estabelecimentos, é bem diversificada, com gêneros alimentícios, móveis e eletrodomésticos, vestuários, material de construção e toda linha de primeira necessidade da população.

2.7.12. Consórcios intermunicipais

Consórcio Intermunicipal da Bacia do Rio Itabapoana — Foi concebido e articulado através do *Projeto Managé*, da Universidade Federal Fluminense. Tem como

objetivo geral a recuperação e o desenvolvimento sustentado da bacia hidrográfica do rio Itabapoana, que compreende 18 municípios, sendo 9 do Estado do Espírito Santo (Apiacá, Bom Jesus do Norte, Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Guaçuí, Mimoso do Sul, Muqui, Presidente Kennedy e São José do Calçado); quatro do Estado de Minas Gerais (Caiana, Caparaó, Espera Feliz e Alto Caparaó); e cinco do Estado do Rio de Janeiro (Bom Jesus do Itabapoana, Campos dos Goytacazes, São Francisco do Itabapoana e Varre-Sai).

2.7.13. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros

Associação de Moradores e Produtores Rurais de Alto Calçado (Amprutac) — Encarregada da gerência do tratamento e abastecimento de água. A associação participa com a comunidade em busca de soluções para problemas de desmatamento e uso de agrotóxicos, exercendo controle de vigilância sobre queimadas e manuseio de produtos químicos.

(Alarim Belmiro)

Distrito de Alto Calçado

São José do Calçado ES

29.470-000

Associação de Moradores e Produtores Rurais de Airituba (Ampra) — Esta associação exerce funções e tem objetivos idênticos aos citados acima.

(Benito Braz Chaviar)

Distrito de Airituba

São José do Calçado ES

29.470-000

Sindicato dos Produtores Rurais

(Altano Diniz)

Rua Antônio Jorge Abib

São José do Calçado

29.470-000

Sindicato dos Trabalhadores Rurais

(João Batista Tiradentes)

Parque de Exposição Divineia

São José do Calçado ES

29.470-000

Conselho do Trabalho

Conselho de Assistência Social

2.7.14. Assentamentos rurais

Inexistentes.

2.7.15. Instituições de ensino superior

Inexistentes.

2.7.16. Turismo

O município conta, como opções de pontos turísticos, com a Pedra do Pontão e a Pedra do Jaspe. E, para recepcionar os turistas, dispõe de um hotel com 16 leitos. Já existe o conselho de turismo, tendo sido requisitada a inclusão da cidade no programa da Embratur.

2.7.17. Instituições entrevistadas

Emcaper
(Alcélio Lamão Nazarino, fax 556-1124)
Centro
São José do Calçado ES
29.470-000

Prefeitura Municipal de São José do Calçado
(Paulo Rodriguez, fax: 556-1120)
Centro
São José do Calçado ES
29.470-000

2.8. MUNICÍPIO DE JERÔNIMO MONTEIRO

2.8.1. Introdução

Jerônimo Monteiro possui uma área territorial de 163,60 km², o que equivale a 0,35% da área total do Estado. A sede do município está a 170 km de Vitória. Possui uma população total de 9.560 habitantes, sendo 60% urbana e 40% rural. Esta relação era inversa na década de 70, ou seja, verifica-se nas últimas décadas um movimento de atração da população do campo para a cidade, como na maioria dos municípios interioranos capixabas. A taxa de crescimento demográfico (1991/96) é de 1,45% ao ano, crescimento este verificado tanto na população urbana quanto na rural. A densidade demográfica estimada para 1998 é de 60,13 hab/km², muito próxima à do Estado.

2.8.2. Setor agropecuário

A cafeicultura é a principal atividade do setor e responsável pela dinâmica econômica local, influenciando diretamente o desenvolvimento urbano e rural do município. O café conillon é a principal variedade produzida, ocupando 64% da área dos principais cultivos e representando 74,5% do valor bruto total das principais culturas produzidas no município (escritório local da Emcaper). Especialmente em época de colheita, o café é responsável por um aumento significativo na circulação de dinheiro no comércio local. A exploração é feita em sistema de agricultura familiar e através do regime de parceria agrícola. No período de colheita (abril a julho) ocorre a contratação de diaristas. O sistema produtivo da pequena propriedade familiar pouco capitalizada apresenta uma conjugação de fatores desfavoráveis, que acabam por restringir o desenvolvimento da atividade a mera reprodução simples do estabelecimento. Ao uso de mudas de baixa qualidade crescem-se tratamentos culturais inadequados com pouca ou nenhuma irrigação, insumos (fertilizantes e defensivos) abaixo da recomendação, tecnologias de conservação do solo não respeitadas, colheita e beneficiamento ineficientes; fatores que determinam uma produção de qualidade e produtividade baixas.

A estrutura fundiária municipal comprova o predomínio da agricultura familiar. A grande maioria das propriedades (87%) possui até 50 ha de área e ocupa 49% da área total dos estabelecimentos agrícolas do município (IBGE, 1995/96).

A citricultura (laranja) ocupa o segundo lugar entre as explorações agrícolas do município. A atividade está em decadência devido a incidência de pragas e doenças. No período 1996/99 a área plantada diminuiu, passando de 228 ha para 150 ha, e a produção caiu de 18 milhões para 10,5 milhões de frutos. Dificuldades em relação à instabilidade do mercado têm sido marcantes. A laranja é um produto perecível; após a maturação, tem que ser transportada em tempo hábil ao mercado consumidor ou beneficiada. Isso exige um sistema de gerenciamento mais eficiente para a atividade.

A pecuária leiteira municipal também encontra-se em decadência: no período 1996/99 a produção caiu de 2,8 milhões para 1,5 milhão de litros/ano (IBGE,

1995/96 e Emcaper local). Uma das principais dificuldades e causas da decadência da atividade é a topografia (60% de terras com declividade acima de 30%).

A piscicultura é uma atividade ainda em estruturação. Nos últimos dois anos foram abertos aproximadamente 50 açudes para armazenamento de água e criação de peixes. Segundo a Emcaper, estima-se que em 1997 tenha havido a aquisição de 30 mil alevinos. A proximidade com a Escola Agrotécnica Federal de Alegre é um fator positivo para o desenvolvimento da atividade.

A existência de encostas íngremes, desnudas e degradadas por exploração intensa e sem tecnologia é uma situação preocupante em município com topografia tão acidentada. As soluções apontadas para a ocupação destas áreas são o plantio de essências nativas para recuperação ambiental e/ou plantio de exóticas, como o eucalipto e o *Pinus*, visando à obtenção de madeira para uso geral.

2.8.3. Indústrias instaladas no município

Conforme dados da Findes/Ideies (1997/98), o município de Jerônimo Monteiro possui um total de 19 empresas de atividades industriais, representando apenas 2% do total da microrregião. O destaque é para o gênero minerais não-metálicos, que emprega 40% de todo o pessoal ocupado em atividades industriais do município. O número de empregos gerados pelas 19 empresas é menos de 1% do total microrregional. Assim, Jerônimo Monteiro é o oitavo município no *ranking* dos 12 da microrregião no que diz respeito ao número de plantas e o décimo em pessoal ocupado (segundo este último critério, está à frente apenas de S. José do Calçado e de Apiacá).

2.8.4. Setor comércio/serviços

De acordo com informações contidas na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 1997, o município possui 109 empregados registrados no comércio e 285 no subsetor serviços. Estes números representam, em termos percentuais, 1% e 1,5%, respectivamente, do total de empregados registrados na Microrregião Pólo Cachoeiro.

Comparando-se com o somatório dos postos de trabalho formal em todas as atividades econômicas do município, verifica-se que o setor terciário representa 64% deste total.

2.8.5. Centro/distrito industrial

Inexistente.

2.8.6. Agência bancária presente no município

- Banestes

2.8.7. Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

Secretarias ligadas ao desenvolvimento econômico:

- Administração
- Agricultura
- Transporte/Obras e Infra-estrutura

2.8.8. Estruturas do Estado (e do governo federal) presentes no município

- Emcaper
- Idaf
- Sebrae/ES

2.8.9. Agência de desenvolvimento local

Inexistente.

2.8.10. Consórcios intermunicipais

Consórcio Intermunicipal da Bacia do Rio Itapemirim — Fundado em 12 de dezembro de 1997, é composto pelos municípios de Irupí, Iúna, Cachoeiro de Itapemirim, Atílio Vivacqua, Castelo, Conceição do Castelo, Ibatiba, Ibitirama, Itapemirim, Jerônimo Monteiro, Marataízes, Muniz Freire, Vargem Alta, Venda Nova do Imigrante e Muqui, no Espírito Santo, além do município de Lajinha, em Minas Gerais. Objetivos: representar seus membros em assuntos de interesse comum perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacional ou internacional; programar, planejar e/ou executar ações, programas e projetos destinados ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental na área territorial da bacia do rio Itapemirim; integrar ações, programas e projetos desenvolvidos por órgãos governamentais, ONGs, entidades e empresas públicas ou privadas, consorciadas ou não, destinadas a recuperação e preservação ambiental da região. O consórcio submete-se às decisões do Conselho de Administração por sugestão da sua Secretaria Executiva. Ações em andamento: a) Projeto Geomunicipal (Mapeamento – IBGE); b) Município e a Gestão de Recursos Hídricos; c) elaboração do Pré-diagnóstico Socioambiental; d) produção de mudas; e) captação de recursos para a elaboração do diagnóstico definitivo.

Consórcio Intermunicipal de Saúde — Composto pelos municípios de Apiacá, Atílio Vivacqua, Bom Jesus do Norte, Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Jerônimo Monteiro, Mimoso do Sul, Muqui, Presidente Kennedy, Rio Novo do Sul, São José do Calçado e Vargem Alta. Responsável em Jerônimo Monteiro: Ary de Oliveira Porto.

2.8.11. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos e ONGs

Associação dos Produtores de Laranja

Sindicato Patronal Rural

Sindicato dos Trabalhadores Rurais
(Márcia Cândido, fone 558-1267)
Av. Governador Lindemberg, 285
Jerônimo Monteiro ES
29.550-000

2.8.12. Assentamentos rurais

Inexistentes.

2.8.13. Instituições de ensino superior

Inexistentes.

2.8.14. Instituições e pessoas entrevistadas

Emcaper (escritório local)
(Sebastião Domingues Paiva, fone 558-1131)
Endereço: anexo à prefeitura

Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro
Robert Martins, fones 558-1166/558-1463; fax 558-1414
Av. Lourival Lugon Moulin, 300
Centro
Jerônimo Monteiro ES
29.550-000

2.9. MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY

2.9.1. Introdução

O município de Presidente Kennedy, instalado em 4 de abril de 1964, possui uma área territorial de 579,44 km², que representa 1,25% do território estadual, e dista 154 km de Vitória. Sua população, estimada para 1998, é de 9.699 habitantes, estando 75% localizada na zona rural e 25% na zona urbana (IBGE, 1996), com uma densidade demográfica de 16,7 hab/km² e uma taxa média geométrica de crescimento anual da população (1995-96) de 0,27%, bem abaixo da média do Estado (1,51%).

2.9.2. Setor agropecuário

As atividades agrícolas mais relevantes em Presidente Kennedy são: mandioca, cana-de-açúcar, café, abacaxi e maracujá. Conforme dados da Emcaper, a cultura da mandioca ocupa uma área de 1.450 ha, com produção de 26.100 toneladas. A cana-de-açúcar, ocupando uma área de 1.145 ha e apresentando uma produção de 57.500 toneladas, é uma cultura em ascensão, tendo tido razoável crescimento nos últimos três anos. Tal fato resultou da conjugação de dois fatores: baixos preços do abacaxi, que desestimularam os agricultores a continuar cultivando esta cultura, em contraposição à procura da cana-de-açúcar por parte da usina, disposta a pagar pelo produto preços estimuladores. O café ocupa uma área de 480 ha, com produção de 437 t/café em coco (IBGE 95/96).

Na fruticultura destaca-se o maracujá, que ocupa uma área de 73 ha e apresenta uma produção anual de 876 toneladas. Os entraves neste setor são: mudas de má qualidade; alto custo de produção e preço baixo recebido pelo produtor. O abacaxi, com área de 246 ha e produção de 6.150 toneladas, teve queda na área plantada nos últimos dois anos, em função do alto custo da produção, da baixa qualidade das mudas e do não-recebimento da produção (calote). Mas podemos considerar uma atividade em ascensão.

A pecuária bovina tem grande evidência por estar presente em 68% das propriedades, sendo a atividade que mais absorve mão-de-obra. Possui um rebanho (de corte e de leite) de 42.447 cabeças (Emcaper/98). Estima-se que a agropecuária empregue aproximadamente 5.730 pessoas.

Na estrutura fundiária a predominância é de propriedades inferiores a 50 ha, cujos 881 estabelecimentos correspondem a 77% do número total. As de 50 a 100 ha representam 11%, e as acima de 100 ha correspondem a 12% (IBGE 95/96).

Quanto à forma de gestão, predomina a agricultura familiar. Os agricultores não têm visão empresarial. Através da capacitação de alguns têm ocorrido avanços, principalmente na pecuária e na fruticultura.

A Emcaper faz uma cobertura de aproximadamente 42% das propriedades. Há necessidade de mais técnicos para atender a demanda. Existe a Secretaria

Municipal de Desenvolvimento Rural, que se dedica à agricultura; atualmente não tem feito nenhum atendimento aos agropecuaristas.

O município recebeu os seguintes recursos em 98/99:

Pronaf – R\$ 219 mil, sendo R\$ 185 mil para custeio de mandioca, abacaxi, maracujá e pecuária; R\$ 34 mil para investimento pecuário;

Proger – R\$ 10 mil para custeio;

MCR/62 – R\$ 40 mil para custeio ao médio produtor.

O município conta com duas agroindústrias: as indústrias de farinha Haiala e Eloísa, que empregam diretamente 155 pessoas. O mercado consumidor tem sido o comércio local, a Ceasa-ES e estados do Nordeste. O faturamento bruto destas empresas gira em torno de R\$ 2.116.800,00.

2.9.3. Indústrias instaladas no município

Os dados da Findes/Ideies, 1998, mostram o setor com pouca representatividade, contando apenas com 6 empresas, que empregam 107 pessoas. O gênero minerais não-metálicos, com uma empresa, é responsável por 93% de pessoal ocupado. O gênero alimentos, com 3 empresas, ocupa 2,5% de pessoal. Os demais, que empregam 4,5%, encontram-se alocados em: serviços industriais de utilidade pública e material elétrico e de comunicação.

O número de unidades industriais e de pessoal ocupado por município na Microrregião Pólo Cachoeiro mostra Presidente Kennedy com 0,65% de pessoal ocupado e 0,63% das unidades instaladas. Neste aspecto Presidente Kennedy ocupa o último lugar em relação aos demais municípios.

2.9.4. Setor comércio/serviços

De acordo com informações contidas na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 1997, o município possui 66 empregados registrados no comércio e 374 no subsetor serviços. Estes números representam, em termos percentuais, 0,60% e 2%, respectivamente, do total de empregados registrados na Microrregião Pólo Cachoeiro.

Comparando-se com o somatório dos postos de trabalho formal em todas as atividades econômicas do município, verifica-se que o setor terciário representa 52% deste total.

2.9.5. Agências bancárias presentes no município

- Banco do Brasil.
- Banestes S/A

2.9.6. Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy

Secretarias da prefeitura ligadas ao desenvolvimento econômico:

- Agricultura e Desenvolvimento Rural
- Transporte/Obras e Serviços Urbanos
- Meio Ambiente
- Administração
- Finanças
- Educação e Cultura
- Saúde
- Assistência Social

O município não possui PDU aprovado.

2.9.7. Estruturas do Estado (e do governo federal) presentes no município

- Emcaper
- Idaf
- Vigilância Sanitária e Epidemiológica
- Funasa (controle epidemiológico)

2.9.8. Agência de desenvolvimento local

Inexistente.

2.9.9. Consórcios intermunicipais

Consórcio de Municípios da Bacia do Rio Itabapoana — Foi concebido e articulado através do Projeto Managé, da Universidade Federal Fluminense. Tem como objetivo geral a recuperação e o desenvolvimento sustentado da bacia hidrográfica do rio Itabapoana, que compreende 18 municípios, sendo 9 do Estado do Espírito Santo (Apiacá, Bom Jesus do Norte, Divino de São Lourenço, Dores do Rio Preto, Guaçuí, Mimoso do Sul, Muqui, Presidente Kennedy e São José do Calçado); 4 do Estado de Minas Gerais (Caiana, Caparaó, Espera Feliz e Alto Caparaó); e 5 do Estado do Rio de Janeiro (Bom Jesus do Itabapoana, Campos dos Goytacazes, São Francisco do Itabapoana e Varre-Sai).

Consórcio Intermunicipal da Saúde — É um consórcio que busca melhorias para a saúde no Sul do Estado, envolvendo vários municípios, como: Cachoeiro de Itapemirim, Mimoso do Sul, P. Kennedy, Apiacá, Bom Jesus do Norte, Marataízes, Itapemirim, Conceição do Castelo e outros.

2.9.10. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros

Associação de moradores, em sete comunidades

Conselho Municipal de Educação

Conselho Municipal de Saúde

Conselho Municipal da Criança e do Adolescente

Conselho Tutelar

Conselho de Assistência Social

Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

Sindicato Rural Patronal
(Nesildo Rosa, fone: 535.1184)

Sindicato dos Trabalhadores Rurais
(William Rosental Santos Borges, fone: 535.1354)

Cooperativa de Laticínios Safra

Cooperativa de Laticínios Selita

2.9.11. Projetos potenciais

O Projeto de Conservação e Defesa do Meio Ambiente, incluindo a criação do Fundo Municipal, encontra-se na Câmara Municipal para ser votado. E está sendo elaborado um projeto de urbanização na orla marítima, prevendo, entre outras ações, construção de quiosques e implantação de outros benefícios aos usuários.

2.9.12. Assentamentos rurais

Inexistentes.

2.9.13. Instituições de ensino superior

Inexistentes.

2.9.14. Turismo

O município possui vocação para o turismo, pois conta com 16 km de litoral, estando nele localizadas a Praia das Neves e a Praia de Morobá, belas, extensas e ainda pouco exploradas. Estas são muito visitadas nos períodos de férias escolares e feriados prolongados.

Possui o município outros pontos turísticos, como o Pico da Serrinha e a Igreja de Nossa Senhora das Neves — construída pelos jesuítas no século passado, tendo sido tombada como patrimônio histórico-religioso. Na festa de Nossa Senhora das Neves, realizada de 1 a 5 de agosto, um número grande de fiéis visita a igreja.

2.9.15. Instituições e pessoas entrevistadas

Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy
(Adriana, fone: 535 1206; fax: 535.1306)
Rua Atílio Vivacqua, 79
Centro
Presidente Kennedy ES
CEP: 29 350-000

Escritório da Emcaper
(Josélio Antônio Altoé, Telefax: 535.1244)
Rua Atílio Vivacqua
Presidente Kennedy ES
CEP: 29.350-000

2.10. MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO NORTE

2.10.1. Introdução

O município de Bom Jesus do Norte foi instalado em 9 de abril de 1964. Possui uma área de 89,3 km², que equivale a 0,2% da área territorial do Estado, distando 217 km de Vitória. A população estimada para 1998 é de 8.857 habitantes, predominantemente urbana (91%, conforme dados do IBGE para 1996). Esta população vem crescendo a uma taxa geométrica anual de 1,57%, elevada em comparação à taxa estadual (1,51%). A densidade demográfica é alta para um município interiorano: 99,14 hab/km², bem acima da média estadual, que é de 62,69 (estimativa 1998).

2.10.2. Setor agropecuário

O município possui uma área plantada de café arábica correspondente a 210 ha, com produção de 169 t/ano. O café conillon ocupa 60 ha de área plantada, com produção de 52 t/ano (Emcaper/98).

Em Bom Jesus do Norte constituem-se culturas de subsistência o arroz, com 3 ha de área plantada e produção de 9 t/ano; e o feijão, com 30 ha (área plantada) e 15 t/ano (produção de 2.^a safra). O milho, com uma área plantada de 100 ha e produção de 170 t/ano, é em parte utilizado como alimentação animal na forma de rolão ou silagem e em parte para subsistência. O coco, com 7 ha de área plantada e produção de 15 mil frutos/ano, é considerado cultura em expansão. A laranja é cultivada em área de 12 ha, produzindo 900 mil frutos/ano.

O município produz em pequenas áreas, de 4 a 6 ha, tomate (200 t/ano), mandioca (75 t/ano) e banana (5.400 t/ano).

A agricultura gera aproximadamente 200 empregos diretos e 400 indiretos (colheita de café, roçado, pasto, etc.).

O ponto de estrangulamento na agricultura é a falta de política agrícola com preços justos e financiamentos a juros compatíveis com as atividades agrícolas e pecuárias.

A pecuária hoje corresponde a aproximadamente 50% da renda do setor, equiparando-se à cultura do café. Bom Jesus do Norte possui uma área aproximada de 7.800 ha de pastagem, com aproximadamente 8 mil cabeças, incluídas aí 3 mil para corte, que é uma atividade em crescimento no município. A produção de leite gira em torno de 1.800 mil litros/ano.

A forma de gestão predominante é a agricultura familiar, porém 70% dos proprietários residem na zona urbana.

Segundo dados do IBGE (95/96), a estrutura fundiária está representada em 62,5% por estabelecimentos de 0–50 ha e em 18% por estabelecimentos de 50–100 ha. Os estabelecimentos de 100 a 200 ha correspondem a 14% e os de 200 ha e mais, a 5,5%.

Em Bom Jesus do Norte existe a agroindústria Cavil (Cooperativa Agrária Vale do Itapemirim Ltda.), que produz o leite tipo C e derivados, como: manteiga, queijo e requeijão. Utiliza matéria-prima local e regional. O produto é comercializado no próprio município e nos circunvizinhos, além de Itaperuna e Campos. Gera aproximadamente 80 empregos.

A Emcaper atende todas as propriedades, com elaboração de projetos técnicos, irrigação, alimentação, adubação, instalações, etc.

A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente desenvolve um trabalho altamente eficiente dentro dos limites de uma prefeitura com pouquíssimos recursos.

Segundo o técnico da Emcaper, por desinteresse do agente financeiro em trabalhar com pequenos agricultores alegando número insuficiente de funcionários na agência, o retorno da atividade é pequeno, há risco no empréstimo, a burocracia constitui um empecilho e são poucos os produtores beneficiados no município com alguns recursos do Pronaf.

Ainda de acordo com informações obtidas no escritório local da Emcaper, Bom Jesus do Norte possui potencial agrícola nas culturas de café e feijão e em olericultura, fruticultura, bovinocultura de leite e corte, suinocultura, avicultura, piscicultura e reflorestamento.

2.10.3. Indústrias instaladas no município

Bom Jesus do Norte conta com 15 empresas, sendo 47% do gênero alimentos, que empregam 18,5% do pessoal deste setor. O maior percentual de pessoas ocupadas (71,5%) encontra-se na indústria têxtil. O restante (10%) encontra-se distribuído nos seguintes gêneros: serviços industriais de utilidade pública, metalúrgicas, serviços de reparação e conservação, madeira, serviços farmacêutico e veterinário.

Em relação à Microrregião Pólo Cachoeiro, Bom Jesus do Norte ocupa o nono lugar, com 1,5% das unidades instaladas e 1% de pessoal ocupado.

2.10.4. Setor comércio/serviços

De acordo com informações contidas na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 1997, Bom Jesus do Norte possui 118 empregados registrados no comércio e 450 no subsetor serviços. Estes números representam, em termos percentuais, 1% e 2,5%, respectivamente, do total de empregados registrados na Microrregião Pólo Cachoeiro.

Comparando-se com o somatório dos postos de trabalho formal em todas as atividades econômicas do município, verifica-se que o setor terciário representa 61% deste total.

2.10.5. Agência bancária presente no município

- Banestes S/A

2.1.6. Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Norte

Secretarias da prefeitura ligadas ao desenvolvimento econômico:

- Agricultura e Meio Ambiente
- Obras e Transportes
- Administração e Finanças
- Ação Social

O município não possui PDU aprovado.

2.10.7. Estruturas do Estado (e do governo federal) presentes no Município

- Emcaper
- Idaf
- Funasa (controle epidemiológico)

2.10.8. Agência de desenvolvimento local

Inexistente.

2.10.9. Consórcios intermunicipais

Consórcio de Municípios da Bacia do Rio Itabapoana — Foi concebido e articulado através do Projeto Managé, da Universidade Federal Fluminense. Tem como objetivo geral o desenvolvimento sustentado da bacia hidrográfica do rio Itabapoana, que compreende 18 municípios, sendo 9 do Estado do Espírito Santo (Aplacá, Bom Jesus do Norte, Divino de São Lourenço, Dores do Rio Preto, Guaçuí, Mimoso do Sul, Muqui, Presidente Kennedy e São José do Calçado); 4 do Estado de Minas Gerais (Caiana, Caparaó, Espera Feliz e Alto Caparaó); e 5 do Estado do Rio de Janeiro (Bom Jesus do Itabapoana, Campos dos Goytacazes, São Francisco do Itabapoana e Varre-Sai).

Consórcio Intermunicipal de Saúde Pólo Sul Capixaba — Fundado em 1º de setembro de 1998, tem como objetivo a compra de exames de média, alta e baixa complexidade. É presidente do consórcio a Sr.^a Daisy de Deus Pombel Batista, da Prefeitura de Bom Jesus do Norte, e diretor, o Dr. Manoel Moulin Neto, secretário municipal de Mimoso do Sul. Ao consórcio estão integrados 13 municípios.

2.10.10. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros

Conselho Municipal de Agricultura

Associação de Produtores Rurais de Alto Jardim (comunicação só por via rodoviária)

Comissão Municipal de Trabalho e Emprego (Comut)

2.10.11. Projetos potenciais

Existe a solicitação na Suppin para que se instale no município uma incubadora de empresas. Há também a proposta de participação do município no consórcio que pretende viabilizar o Banco do Povo para municípios com menos de 250 mil habitantes.

2.10.12. Assentamentos rurais

Assentamento Santa Rita, com 50 famílias, que cultivam café, banana, feijão, mandioca e citros.

2.10.13. Instituições de ensino superior

Inexistentes.

2.10.14. Turismo

O potencial turístico de Bom Jesus do Norte está voltado para o agroturismo, já que a maior vocação do município é a pecuária de leite e de corte.

2.10.15. Instituições e pessoas entrevistadas

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Norte
(Maria do Socorro da Costa Dias)
Praça Astolpho Lobo, s/n
Centro
Bom Jesus do Norte
CEP: 29 460-000
Fax: 562.1223

Escritório local da Emcaper
(Carlos Sisasnei Lazarine Tebaldi)
Rua Lourival Cavichinni, s/n
Bairro Belvedere
Bom Jesus do Norte

CEP: 29.460-000
Telefax: 562.1450

2.11. MUNICÍPIO DE ATÍLIO VIVACQUA

2.11.1. Introdução

O município de Atílio Vivacqua possui 223,51 km² (0,48% da área total do Estado). Sua sede distancia-se 148 km de Vitória, pelas rodovias BR-101 e ES-489. A população, de 7.236 habitantes (estimativa IBGE-1998), está praticamente equilibrada entre urbana (45%) e rural (55%), e a sede vem experimentando um aumento populacional de 5,72%^{aa} entre 1991/96, enquanto na zona rural a taxa média de crescimento neste mesmo intervalo de tempo foi negativa (-1,95).

2.11.2. Setor agropecuário

Segundo os dados do IBGE (1995/96), o café é um dos principais produtos agrícolas do município, gerando 75% da renda total do setor. No período 1995/96, as duas atividades que tinham alguma representatividade, além do café, eram a cultura de feijão e a de milho, ambas com 1% da renda gerada. Esses dois produtos cumpriam, no período de 1995/1996, o papel de base de subsistência para os micro e pequenos produtores.

O café apresentou aumento da produção, resultante de dois fatores: a expansão da área plantada (principalmente com o cultivo de mudas clonais) e a prática de poda, adubação e irrigação. De acordo com a Emcaper local (1998), a área total plantada de café é de 2.636 ha, e a produção cafeeira (1998) é de 3.300 toneladas.

A produção de mandioca é praticamente toda utilizada para alimentação de animais.

Um grande número de produtores atua na produção de quiabo, com plantio de pequenas áreas.

Na pecuária destaca-se a produção de leite — 9 milhões de litros. Ocupando uma área de 25 mil ha e recebendo melhoria de qualidade e redução dos custos de produção, a bovinocultura de leite é predominante no setor pecuário do município.

No que diz respeito à estrutura fundiária, dados do IBGE (1995/96) indicam que os microestabelecimentos no setor (0-50 ha) representam 32% do total, os pequenos (50-100 ha) e os médios (100-200 ha), 87%. Já, segundo a Emcaper local (1998), os microestabelecimentos (0-50 ha) sofreram uma mudança no município. Ocupando 63% da mão-de-obra do setor, eles representam 85% do total das propriedades, enquanto os pequenos (50-100 ha) e médios (100-200 ha) representam 44%.

O número de empregos gerados na agropecuária é de aproximadamente 2.564 pessoas.

A forma de gestão predominante das propriedades é a agricultura familiar.

Em Atílio Vivacqua predominam os solos tipo Latossolo vermelho-amarelo (64%), que, embora tenham problemas relacionados a acidez e baixa fertilidade natural,

apresentam-se com baixo nível de erosão, devido à grande estabilidade de agregados, suficiente profundidade e boa drenagem. Os solos Podzólicos correspondem a 20%. De terra roxa estruturada, são solos profundos, bem drenados, com erosão de moderada a severa, de média acidez e fertilidade. O restante é constituído de solos aluviais e algumas manchas de turfa. A conservação do solo é bastante deficiente, e a única prática largamente utilizada é o plantio de culturas permanentes.

A prefeitura não possui secretaria de agricultura, cabendo à Emcaper a responsabilidade pelos programas municipais nesta área. Esta empresa atua em cerca de 60% das propriedades rurais e conta com parceria da prefeitura local e das seguintes instituições: Associação de Produtores Rurais (Aprav), Sindicato de Trabalhadores Rurais, Cooperativa de Safra, Selita, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Escola Agrotécnica de 1º Grau.

O crédito agrícola tem o financiamento do Pronaf, que objetiva melhorar a qualidade e aumentar a produtividade da cultura de café e da pecuária, estimular a diversificação agrícola, recuperar e preservar recursos naturais, apoiar as culturas de milho, arroz, feijão e olerícola e incentivar a comercialização, com venda de produtos caseiros e artesanais. Os recursos recebidos no ano de 1997 consistiram na captação de R\$ 85.620,00, na aquisição de sêmen SM 33, um trator agrícola com ensiladeiras, batedeiras de cereais, braço de retroescavadeira, cambona e sulcador e na instalação de viveiros municipais e um pilador móvel de café. No ano de 1998 os recursos foram de R\$ 240.920,00, tendo sido adquiridos um tanque de expansão comunitária, 87.500 mudas clonais de café conillon, um caminhão e uma pá-carregadeira; acrescem-se ainda o trabalho de conservação de estradas vicinais em seus pontos críticos e a construção de um galpão de comercialização de produtos caseiros e artesanais.

Ponto de estrangulamento mais importante: a diminuição da área plantada e da produtividade da banana, devido ao desestímulo provocado pelo baixo preço do produto. O desestímulo ocorre também com a cultura do arroz, cuja qualidade não é boa e cujo preço oferecido no comércio é inferior ao pago a produtos de outras regiões.

O município de Atilio Vivacqua apresenta potencialidade nas atividades de café, fruticultura (coco, maracujá) e olerícolas.

As agroindústrias instaladas no município têm como base a produção caseira de derivados de leite (queijo e manteiga) e da cana-de-açúcar (rapadura).

2.11.3. Setor industrial

Com 29 empresas instaladas, empregando 430 pessoas (Findes/Ideies, 1997/98), este setor está em desenvolvimento no município. O gênero de maior destaque é o de extração de minerais, que, com 7 empresas, responde pela ocupação de 42 pessoas.

No contexto microrregional, Atílio Vivacqua está em 6.º lugar no *ranking* geral dos 12 municípios que constituem a microrregião.

Principais atividades industriais: mármore e granito, indústria moveleira, quartzo, granodiorito e diorito.

2.11.4. Setor comércio/serviços

De acordo com informações contidas na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 1997, o município possui 49 empregados registrados no comércio e 429 no subsetor serviços. Estes números representam, em termos percentuais, 0,5% e 2%, respectivamente, do total de empregados registrados na Microrregião Pólo Cachoeiro.

Comparando-se com o somatório dos postos de trabalho formal em todas as atividades econômicas do município, verifica-se que o setor terciário representa 41% deste total.

2.11.5. Agência bancária presente no município

- Banestes.

2.11.6. Prefeitura Municipal de Atílio Vivacqua

Secretarias ligadas ao desenvolvimento econômico:

- Agricultura
- Finanças
- Transporte/Obras e Infra-estrutura

O município não possui PDU aprovado.

Atílio Vivacqua possui uma boa rede escolar estadual e municipal. O índice de analfabetismo é baixo. A evasão escolar está bem reduzida, registrando em todo o município um percentual de 6%.

Há necessidade de aumentar a quantidade de medicamentos, melhorar o serviço odontológico, ampliar o laboratório e aumentar o número de postos de saúde na zona rural. Apenas 30% da população do município recebe água tratada, e apenas 20% desta população é atendida com rede de esgoto e sanitário, benefícios estes, restritos à sede municipal.

Em todas as comunidades há rede elétrica; poucas são as propriedades sem eletrificação.

2.11.7. Estruturas do Estado presentes no município

- Emcaper (escritório local)
- Idaf

2.11.8. Agência de desenvolvimento local

Inexistente.

2.11.9. Consórcios intermunicipais

Consórcio Intermunicipal da Bacia do Rio Itapemirim — Fundado em 12 de dez de 1997, é composto pelos municípios de Irupi, Iúna, Cachoeiro de Itapemirim, Atílio Vivacqua, Castelo, Conceição do Castelo, Ibatiba, Ibitirama, Itapemirim, Jerônimo Monteiro, Marataízes, Muniz Freire, Vargem Alta, Venda Nova do Imigrante e Muqui, no Espírito Santo, além do município de Lajinha em Minas Gerais. Objetivos: representar seus membros em assuntos de interesse comum perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacional ou internacional; programar, planejar e/ou executar ações programas e projetos destinados ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental na área territorial da bacia do rio Itapemirim; integrar ações, programas e projetos desenvolvidos por órgãos governamentais, ONGs, entidades e empresas públicas ou privadas, consorciadas ou não, destinadas a recuperação e preservação ambiental da região; o consórcio submete-se às decisões do Conselho de Administração por sugestão da sua Secretaria Executiva. Ações em andamento: a) Projeto Geomunicipal (Mapeamento – IBGE); b) Município e a Gestão de Recursos Hídricos; c) elaboração do Pré-diagnóstico Socioambiental; d) produção de mudas; e) captação de recursos para a elaboração do diagnóstico definitivo.

Consórcio Intermunicipal de Saúde Pólo Itapemirim

2.11.10. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros

Associação de Moradores

Associação de Produtores Rurais

Conselhos Municipais:
de Ação Social
da Criança e do Adolescente
de Desenvolvimento Rural
de Educação
de Saúde

Sociedade Pestalozzi

Sindicato Rural

2.11.12. Instituições e pessoas entrevistadas

Prefeitura Municipal de Atílio Vivacqua
(Elias Pereira, fone 538-1109)
Praça José Valentim Lopes, n.º 10
Centro
Atílio Vivacqua ES
29.490-000

Escritório da Emcaper
(Vera Regina Santos, fone 538-1233)
Parque de Exposição
Bairro Niterói
Atílio Vivacqua ES
29-490-000

2.12. MUNICÍPIO DE APIACÁ

2.12.1. Introdução

O município de Apiacá, instalado em 26.08.1958, possui uma área de 194,4 km², o que equivale a 0,42% da área estadual. Com uma população estimada (1998) de 6.780 habitantes, 55% está localizada na área urbana (IBGE, 1996). O município vem perdendo população a uma taxa de anual de (-)0,38 %. A densidade demográfica é de 35,30 hab/km², bem abaixo da média estadual, que é de 62,19 hab/km².

2.12.2. Setor agropecuário

A cultura do café arábica é a base econômica do município, com 2.457 ha de área plantada. O valor bruto da produção é de R\$ 2.896.180,00, que representa 89% do valor da produção agrícola municipal, segundo dados da Emcaper. O município também produz, em menor escala, café conillon, que representa 4% do valor bruto da produção, equivalente a 150 ha de área plantada. O produto é vendido para compradores de São José do Calçado, Bom Jesus do Norte e Mimoso do Sul.

Segundo a Emcaper, nas culturas temporárias tem-se o milho, que representa 4% do valor bruto da produção do município, seguido do arroz (2%) e do feijão (1%) e todas são consideradas cultivo de subsistência, sendo o excedente vendido na própria região.

Segundo a mesma fonte, em 1998 a produção de milho e de feijão aumentou em relação à registrada pelo IBGE para o período de 1995/96, enquanto a área de milho caiu para 280 ha.

O café, o arroz, o milho, o feijão e a pecuária de leite são explorados em propriedades com área de até 50 ha, enquanto a pecuária de corte é desenvolvida em propriedades com áreas acima de 50 ha.

A agricultura gera aproximadamente 927 empregos e a gestão predominante das propriedades é agricultura familiar.

O município tem potencialidades para desenvolver na região baixa as frutas tropicais, como coco, banana, citros, goiaba, graviola, pinha, caju, manga, etc., e na região alta, a olericultura.

A pecuária existente no município é mista, com 5.500 cabeças do tipo leiteiro, cuja produção anual, de 4.752 mil litros, é vendida à Cavil, além de uma pequena parcela ser vendida a varejo na sede por alguns produtores. No tocante à pecuária de corte, é extensiva, com 5.800 cabeças, e uma produção de carne de 391.500 kg, vendida para açougues locais, compradores da região, e frigoríficos do Estado do Rio.

Os pontos de estrangulamento mais importantes são: produtor rural descapitalizado, falta de incentivo governamental e distância do mercado.

A estrutura fundiária caracteriza-se da seguinte forma: propriedades de 0 a 50 ha com 192 estabelecimentos, representando 67% destes; de 50 a 100 ha, com 19%; acima de 100 ha, com 14% (IBGE 1995/96).

A meta de cobertura da Emcaper é de 70% das propriedades, mas, devido à descapitalização do produtor, à situação econômica do País, do Estado e do município e à falta de crédito rural, a demanda tem diminuído, estando em torno de 60%. A prefeitura não possui nenhum órgão atuante no meio rural, segundo a Emcaper local.

No tocante ao crédito agrícola, o investimento em 1999 foi de R\$ 47 mil, destinados ao custeio pecuário. No ano de 1998 foi de aproximadamente R\$ 50 mil, aplicados no custeio de lavouras de café — tais inversões foram feitas através de recursos próprios do Banestes. O município de Apiacá não está incluído no Pronaf.

2.12.3. Indústrias instaladas no município

Segundo a Findes/Ideies (1997/98), o município emprega 25% na indústria de alimentos e em vestuário, calçados e artefatos; 21%, na indústria de minerais não-metálicos, sendo o restante distribuído entre construção civil e serviços industriais de utilidade pública.

No âmbito da microrregião, o município de Apiacá ocupa o 11.º lugar no tocante a pessoal ocupado, o que representa 0,16% do total, e com relação ao número de unidades industriais, ocupa o 10.º lugar, equivalendo a 1% do total da microrregião.

2.12.4. Setor comércio/serviços

De acordo com informações contidas na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 1997, o município possui 65 empregados registrados no comércio e 383 no subsetor serviços. Estes números representam, em termos percentuais, 0,5% e 2%, respectivamente, do total de empregados registrados na Microrregião Pólo Cachoeiro.

Comparando-se com o somatório dos postos de trabalho formal em todas as atividades econômicas do município, verifica-se que o setor terciário representa 76% deste total.

2.12.5. Centro/distrito industrial

Inexistente.

2.12.6. Agência bancária presente no município

- Banestes

2.12.7. Prefeitura Municipal de Apiacá

Secretarias ligadas ao desenvolvimento econômico:

- Administração e Finanças
- Agricultura, Transportes e Obras (integrando o Meio Ambiente)
- Planejamento e Ação Social

O município não possui PDU; apenas Código de Postura Municipal.

2.12.8. Estruturas do Estado (e do governo federal) presentes no município

- Emcaper (escritório local)
- Funasa (controle epidemiológico)
- Idaf – vinculado ao escritório de Mimoso do Sul
- Sebrae/ES – vinculado ao balcão de Guaçuí

2.12.9. Agência de desenvolvimento local

Inexistente.

2.12.10. Consórcios intermunicipais

Consórcio de Municípios da Bacia do Rio Itabapoana — Foi concebido e articulado através do Projeto Managé, da Universidade Federal Fluminense. Tem como objetivo geral a recuperação e o desenvolvimento sustentado da bacia hidrográfica do rio Itabapoana, que compreende 18 municípios, sendo 9 do Estado do Espírito Santo (Apiacá, Bom Jesus do Norte, Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Guaçuí, Mimoso do Sul, Muqui, Presidente Kennedy e São José do Calçado); 4 do Estado de Minas Gerais (Caiana, Caparaó, Espera Feliz e Alto Caparaó); e 5 do Estado do Rio de Janeiro (Bom Jesus do Itabapoana, Campos dos Goytacazes, São Francisco do Itabapoana e Varre-Sai).

Consórcio Intermunicipal de Saúde — Formado por 12 municípios: Apiacá, Bom Jesus do Norte, São José do Calçado, Mimoso do Sul, Presidente Kennedy, Castelo, Rio Novo do Sul, Cachoeiro de Itapemirim, Vargem Alta, Jerônimo Monteiro, Muqui e Atilio Vivacqua. Visa à medicina especializada. Presidente: Deyse de Deus P. Batista – prefeita de Bom Jesus do Norte.

2.12.11. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros

Associação dos Produtores Rurais do Município de Apiacá
(José Luís Gomes Dias, fone 557-1345)

Comissão Municipal do Trabalho

Conselho Municipal da Criança e do Adolescente

Conselho Municipal de Assistência Social

Conselho Municipal de Educação

Conselho Municipal de Saúde

Conselho Tutelar

Cooperativa Agrária Vale do Itabapoana Ltda. (Cavil) — Integrando os municípios vizinhos, cuja sede fica no município de Bom Jesus do Norte. Diretor Responsável: Helilton Ramos Paes, fone 562-1488.

Lions Clube de Apiacá
(Wilson Corrêa da Silva, fone 557-1326)

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mimoso do Sul e Apiacá
(integrando os dois municípios)

Sindicato Rural Patronal
(Josias Luis Rangel, fone 557-1160)

Sociedade Pró-Apiacá
(Carlos Alberto S. Rangel, fones 557-1164 ou 557-1226)

2.12.12. Assentamentos rurais

Assentamento recente do Incra, na Fazenda Santa Fé, distante 16 km da sede do município, iniciando atividades agrícolas.

2.12.13. Instituições de ensino superior

Inexistentes.

2.12.14. Instituições e pessoas entrevistadas

Emcaper (escritório local)
(Torquato de Castilho Neto, telefax 557-1337)
Rua Jader Pinto, s/n.º
Centro
Apiacá ES
29.450-000

Prefeitura Municipal de Apiacá

(José Chierici, fone 557-1300, fax 557-1317)
Praça Senhora Santana, 06
Centro
Apiacá ES
29.450-000